

XP  **Inc.**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

para os exercícios findos em
31 de Dezembro de 2021,
2020 e 2019

XP Inc.

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
XP Inc.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

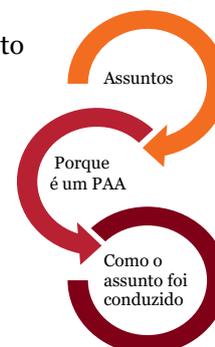
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Inc. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia da informação

O processamento de transações, desenvolvimento de operações e processos de continuidade de negócios da XP e suas subsidiárias são dependentes da estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências nos controles que suportam o processamento e operação, acessos lógicos, gestão de mudanças de sistemas nos ambientes tecnológicos existentes, podem, eventualmente, causar processamento incorreto de transações críticas, acessos indevidos a sistemas e dados, e conseqüentemente processamento de transações não autorizadas e erros em controles automatizados de sistemas aplicativos. Por esse motivo, essa foi considerada uma área focal em nossa auditoria.

Com o apoio de profissionais com habilidade e conhecimento especializados, entendemos o ambiente de tecnologia da informação e testamos controles gerais de tecnologia. Durante nossas atividades de planejamento, consideramos testes relacionados ao desenvolvimento sistêmico e gerenciamento de mudanças, acesso, segurança a programas, sistemas e dados, operação/processamento de sistemas e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos controles automatizados e dependentes de tecnologia relacionados a aplicativos nos processos de negócios XP relevantes.

Considerando os resultados obtidos nos procedimentos descritos acima e para obter as evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria de demonstrações financeiras, foi necessário realizar testes documentais adicionais para avaliar a integridade e precisão das informações geradas pelos sistemas e relatórios automatizados e, quando necessário, a aplicação de procedimentos utilizando bancos de dados analíticos, o que nos permitiu aplicar um espectro mais amplo de testes e coleta de evidências.

Também realizamos testes de imprevisibilidade e procedimentos de revisão para acesso específico aos lançamentos contábeis, além dos procedimentos já aplicados para tratar o risco de descumprimento de controles pela administração.

Os resultados desses procedimentos nos forneceram evidência de auditoria apropriada e suficiente considerando as demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

**Receita de prestação de serviços
(Notas 3(xxii.1) e 28(a))**

A receita da XP Inc. e suas subsidiárias é composta substancialmente por comissão de corretagem, colocação de títulos e taxas de administração.

Compreendemos o ambiente de controles internos em relação aos processos de reconhecimento de receita.

XP Inc.

Porque é um PAA

Essas receitas são reconhecidas de acordo com os termos contratuais que consideram o percentual de comissão pelos serviços prestados. O reconhecimento de receita requer controles de gestão para garantir o reconhecimento adequado em um determinado momento.

Considerando a relevância dessas receitas nas demonstrações financeiras consolidadas, associada a eventuais deficiências nos controles, essa área foi considerada como foco de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Também realizamos um tie-out entre as informações analíticas extraídas dos sistemas operacionais e as receitas registradas no livro contábil. Em base amostral, inspecionamos evidências de receita no livro contábil e confrontamos sua liquidação financeira subsequente com extratos bancários. Além disso, recalculamos as transações de receita selecionadas reconhecidas no livro contábil.

Portanto, nossos procedimentos de auditoria nos forneceram evidência de auditoria apropriada e suficiente nas demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

XP Inc.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

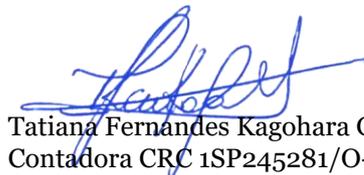


XP Inc.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

	Nota	2021	2020
Disponibilidades		2.485.641	1.954.788
Ativos financeiros		127.745.263	90.190.827
Valor justo por meio do resultado		69.123.669	57.149.446
Instrumentos financeiros	7	58.179.955	49.590.013
Instrumentos financeiros derivativos	8	10.943.714	7.559.433
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		32.332.377	19.039.044
Instrumentos financeiros	7	32.332.377	19.039.044
Avaliados ao custo amortizado		26.289.217	14.002.337
Instrumentos financeiros	7	2.238.807	1.828.704
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	8.894.531	6.627.409
Negociação e intermediação de valores	18	1.405.651	1.051.566
Contas a receber	11	469.086	506.359
Operações de crédito	10	12.819.627	3.918.328
Outros ativos financeiros	20	461.515	69.971
Outros ativos		4.688.125	1.760.999
Impostos a recuperar	12	153.316	127.623
Direito de uso de arrendamento	16	284.509	183.134
Despesas antecipadas	13	3.982.750	1.393.537
Outros		267.550	56.705
Ativo fiscal diferido	24	1.273.069	505.046
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	15	2.013.365	699.907
Imobilizado	16	313.964	204.032
Ágio e ativos intangíveis	16	820.975	713.562
Total do ativo		139.340.402	96.029.161

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota	2021	2020
Passivos financeiros		91.358.151	70.600.989
Valor justo por meio do resultado		14.573.385	10.056.806
Instrumentos financeiros	7	2.665.202	2.237.442
Instrumentos financeiros derivativos	8	11.908.183	7.819.364
Avaliados ao custo amortizado		76.784.766	60.544.183
Obrigações por operações compromissadas	6	26.281.345	31.839.344
Negociação e intermediação de valores	18	15.597.555	20.303.121
Instrumentos financeiros de dívida	17	24.429.086	5.551.849
Fornecedores		867.526	859.550
Empréstimos	19	1.928.782	284.087
Outros passivos financeiros	20	7.680.472	1.706.232
Outros passivos		33.533.688	14.522.206
Obrigações sociais e estatutárias	21	1.022.212	667.448
Obrigações fiscais e previdenciárias	22	549.651	435.849
Passivo de previdência privada	23	31.921.400	13.387.913
Provisões e contingências passivas	27	29.308	19.711
Outros		11.117	11.285
Passivo fiscal diferido	24	28.934	8.352
Total do Passivo		124.920.773	85.131.547
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		14.416.836	10.894.609
Capital social		23	23
Reservas de capital		14.923.315	10.663.942
Outros resultados abrangentes		(334.563)	230.644
Ações em tesouraria		(171.939)	-
Participação dos não-controladores		2.793	3.005
Total do Patrimônio líquido	25	14.419.629	10.897.614
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		139.340.402	96.029.161

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota	2021	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços	28	6.196.465	5.016.488	3.595.772
Resultado de instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28	(1.559.464)	183.393	199.947
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	28	7.440.111	2.951.724	1.332.089
Receitas operacionais líquidas		12.077.112	8.151.605	5.127.808
Custos operacionais	29	(3.430.109)	(2.645.359)	(1.596.650)
Despesas com vendas	30	(227.483)	(134.915)	(155.115)
Despesas administrativas	30	(4.692.698)	(3.013.598)	(1.891.481)
Outros receitas/(despesas) operacionais, líquidas	31	324.354	171.053	153.357
Perdas esperadas	14	(92.560)	(55.564)	(9.410)
Despesas de juros		(135.732)	(52.671)	(84.400)
Resultado de participações em controladas, coligadas e negócios em conjunto	15	(7.710)	862	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.815.174	2.421.413	1.544.109
Imposto de renda de contribuição social	24	(222.714)	(339.924)	(454.625)
Lucro líquido		3.592.460	2.081.489	1.089.484
Outros resultados abrangentes				
<i>Itens que serão reclassificados posteriormente ao lucro líquido do período</i>				
Variações cambiais de investimentos no exterior		20.977	57.439	6.823
Ganhos/(Perdas) de hedge de investimentos líquidos no exterior		(18.758)	(60.563)	(7.133)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(549.017)	24.203	698
Total de outros resultados abrangentes		(546.798)	21.079	388
Total do Resultado abrangente		3.045.662	2.102.568	1.089.872
Lucro líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores		3.589.416	2.076.430	1.080.484
Acionistas não-controladores		3.044	5.059	9.000
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores		3.042.618	2.097.509	1.080.872
Acionistas não-controladores		3.044	5.059	9.000
Lucro líquido por ação (em reais) atribuível aos controladores				
Lucro básico por ação	33	6,4211	3,7597	2,1125
Lucro diluído por ação	33	6,2588	3,7138	2,1115

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

XP Inc. e controladas
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro
Em milhares de reais



Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores

	Nota	Reserva de capital			Outros resultados abrangentes Lucro / (Prejuízo)	Lucros Acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participações Não-Controladores	Total Patrimônio Líquido
		Capital social	Capital integralizado adicional	Outras reservas						
Saldos em 31 de dezembro de 2018		21	927.895	947.696	209.165	-	-	2.084.777	6.935	2.091.712
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período		-	-	-	-	1.080.484	-	1.080.484	9.000	1.089.484
Outros resultados abrangentes, líquido		-	-	-	388	-	-	388	-	388
Transações com acionistas – contribuições e distribuições										
Resultado da emissão de ações	1.1	2	4.504.824	-	-	-	-	4.504.826	-	4.504.826
Ganho (Perda) na variação na participação em controladas	1.1	-	(22.824)	-	-	-	-	(22.824)	-	(22.824)
Outras transações de capital										
Plano de Incentivo	32	-	-	5.371	-	-	-	5.371	-	5.371
Outras mudanças no patrimônio líquido		-	-	-	374	-	-	374	(2.229)	(1.855)
Destinações ao lucro líquido do período										
Transferência para reservas de capital		-	-	580.484	-	(580.484)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)	(11.143)	(511.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		23	5.409.895	1.533.551	209.927	-	-	7.153.396	2.563	7.155.959
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período		-	-	-	-	2.076.430	-	2.076.430	5.059	2.081.489
Outros resultados abrangentes, líquido		-	-	-	21.079	-	-	21.079	-	21.079
Transações com acionistas – contribuições e distribuições										
Resultado da emissão de ações	1.1	-	1.412.930	-	-	-	-	1.412.930	-	1.412.930
Ganho (Perda) na variação na participação em controladas	1.1	-	(1.649)	-	-	-	-	(1.649)	-	(1.649)
Outras transações de capital										
Plano de Incentivo	32	-	-	232.785	-	-	-	232.785	6	232.791
Outras mudanças no patrimônio líquido		-	-	-	(362)	-	-	(362)	944	582
Destinações ao lucro líquido do período										
Transferência para reservas de capital		-	-	2.076.430	-	(2.076.430)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	25	-	-	-	-	-	-	-	(5.567)	(5.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		23	6.821.176	3.842.766	230.644	-	-	10.894.609	3.005	10.897.614
Total do resultado abrangente do período										
Lucro líquido do período		-	-	-	-	3.589.416	-	3.589.416	3.044	3.592.460
Outros resultados abrangentes, líquido		-	-	-	(546.798)	-	-	(546.798)	-	(546.798)
Transações com acionistas – contribuições e distribuições										
Emissão privada de ações	25(b)	-	-	112.642	-	-	-	112.642	-	112.642
Outras transações de capital										
Plano de Incentivo	32	-	-	561.455	-	-	-	561.455	2	561.457
Outras mudanças no patrimônio líquido		-	-	(4.140)	(18.409)	-	-	(22.549)	(232)	(22.781)
Ações em tesouraria	25(c)	-	-	-	-	-	(171.939)	(171.939)	-	(171.939)
Destinações ao lucro líquido do período										
Transferência para reservas de capital		-	-	3.589.416	-	(3.589.416)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	25	-	-	-	-	-	-	-	(3.026)	(3.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		23	6.821.176	8.102.139	(334.563)	-	(171.939)	14.416.836	2.793	14.419.629

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

XP Inc. e controladas
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Para os períodos findos em 30 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado.



	Nota	2021	2020	2019
Atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.815.174	2.421.413	1.544.109
Ajustes ao lucro antes dos impostos sobre o lucro líquido				
Depreciação do imobilizado, equipamentos e bens de direito de uso	16	68.618	67.422	53.080
Amortização de ativos intangíveis	16	163.112	75.839	37.630
Perda na baixa de imobilizado, intangível e bens de direito de uso	16	20.367	73.140	11.245
Participações em controladas, coligadas e negócios em conjunto	15	7.710	(862)	-
Perdas esperadas		92.560	55.564	9.410
Provisão/(reversão) para contingências	27	5.325	2.045	(1.601)
Variação cambial		506.510	1.478	3.636
Plano de Incentivo	32	561.457	232.791	5.371
Provisão de juros		181.731	56.923	86.862
Variação dos ativos e passivos				
Instrumentos financeiros (ativos e passivos)		(21.904.316)	(42.954.505)	(20.188.931)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)		674.837	1.023.937	825.719
Negociação e intermediação de valores (ativos e passivos)		(5.086.154)	10.605.139	4.201.246
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(2.269.321)	2.862.311	(2.919.480)
Contas a receber		37.160	(46.247)	(243.893)
Operações de crédito		(8.918.608)	(3.925.042)	(386)
Despesas antecipadas		(2.589.213)	(1.303.853)	7.040
Outros ativos e outros ativos financeiros		(674.697)	(23.078)	(14.162)
Operações compromissadas		(5.557.999)	16.200.937	8.997.713
Fornecedores		(133.576)	564.324	132.235
Instrumentos financeiros de dívida		14.408.581	5.126.930	89.669
Obrigações sociais e estatutárias		354.764	174.725	241.033
Obrigações fiscais e previdenciárias		278.609	182.391	(9.223)
Passivo de previdência privada		18.533.487	9.628.823	3.743.031
Outros passivos e outros passivos financeiros		4.271.361	1.000.007	8.828
Caixa operacional		(3.152.521)	2.102.552	(3.379.819)
Impostos pagos		(783.816)	(518.971)	(402.574)
Contingências pagas	27	(2.565)	(1.629)	(3.172)
Juros pagos		(81.427)	(71.224)	(28.427)
Caixa proveniente das / (utilizado nas) atividades operacionais		(4.020.329)	1.510.728	(3.813.992)
Atividades de Investimentos				
Aquisição de intangível	16 (b)	(217.569)	(146.368)	(88.949)
Aquisição de imobilizado	16 (a)	(135.444)	(145.164)	(72.499)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		(40.857)	(62.443)	-
Investimentos de controladas e negócios em conjunto		(756.857)	(228.035)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.150.727)	(582.010)	(161.448)
Atividades de financiamentos				
Aquisição de empréstimos	37	1.570.639	-	-
Emissão de dívida própria	37	4.191.280	-	400.000
Pagamento de empréstimos e passivos de arrendamento	37	(76.371)	(152.868)	(123.332)
Pagamento de instrumentos de dívida própria	37	(177.826)	(464.717)	(11.815)
Dividendos pagos	25	-	-	(500.000)
Resultado da emissão de ações	1.1/1.2	-	1.411.281	4.482.002
Transação com não-controladores		(231)	582	(1.855)
Dividendos pagos aos não-controladores		(3.026)	(5.567)	(11.143)
Emissão de ações para SPAC		1.134.797	-	-
Caixa líquido proveniente das / (utilizado nas) atividades de financiamento		6.639.262	788.711	4.233.857
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.660.388	887.796	626.863
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa		(376.733)	55.163	2.516
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		3.751.861	2.660.388	887.796
Disponibilidades		2.485.641	1.954.788	109.922
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.071.328	593.673	654.057
Certificado de depósito bancário	7	194.892	111.927	123.817

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional

XP Inc. (a “Companhia”) é uma empresa isenta das Ilhas Cayman com responsabilidade limitada, constituída em 29 de agosto de 2019. A sede da Companhia está localizada na Uglan House, 121 South Church Street em George Town, Grand Cayman. O principal escritório executivo está localizado na cidade de São Paulo, Brasil.

O Grupo realizou uma reorganização societária com o objetivo de preparar a estrutura para a Oferta Pública Inicial de suas ações. Como resultado, a XP Inc. foi constituída em 2019 e atualmente é a entidade registrada na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (“SEC”) e para a qual essas demonstrações financeiras são apresentadas.

XP Inc. é uma holding controlada pela XP Controle Participações S.A. e XP Control LLC, empresas que detêm em conjunto 68,2 8% dos direitos de voto e controle final por um grupo de indivíduos.

XP Inc. e suas subsidiárias (coletivamente, a “Empresa”, “Grupo” ou “Grupo XP”) é uma plataforma líder de serviços financeiros voltada para a tecnologia e um provedor confiável de produtos e serviços financeiros de baixo custo no Brasil. O Grupo XP tem como objetivo principal fornecer aos seus clientes, representados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, diversos produtos financeiros, serviços, conteúdo digital e serviços de assessoria financeira, atuando principalmente como corretora, incluindo corretora de valores, planos de previdência privada, comercial e produtos de banco de investimento, como operações de empréstimos, transações nos mercados de câmbio e depósitos, por meio de nossas marcas que chegam aos clientes diretamente e por meio de uma rede de Agente Autônomos de Investimento (“AAIs”).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2022.

1.1 Follow-on de Oferta Pública

Em 1 de julho de 2020, a XP Inc. concluiu uma oferta pública de 22.465.733 ações ordinárias Classe A ofertadas pela General Atlantic (XP) Bermuda, LP e XP Controle Participações SA (“acionistas vendedores”) a um preço de oferta pública de US\$ 42,50 por ação, incluindo o exercício total da opção dos subscritores de comprar um adicional de 2.930.313 ações ordinárias Classe A dos acionistas vendedores. A Companhia não recebeu nenhum provento da venda de ações ordinárias Classe A pelos acionistas vendedores e não houve mudanças na estrutura de controle da Empresa como resultado de tal transação.

Em 7 de dezembro de 2020, a XP Inc encerrou sua oferta pública secundária subscrita de 31.654.894 ações ordinárias Classe A, das quais 7.130.435 foram emitidas e vendidas pela Companhia e 24.524.459 das quais foram vendidas pela ITB Holding Brasil Participações Ltda. A oferta foi feita de acordo com uma declaração de registro no Formulário F-1 arquivado na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (“SEC”).

O preço da oferta por ação ordinária Classe A foi de US\$ 39,00, resultando em uma receita bruta de US\$ 283.087 mil (ou R\$1.444.530) para a XP Inc, deduzindo R\$ 31.599 mil de descontos de subscrição e comissões. Adicionalmente, a Companhia incorreu em R\$ 7.271 mil referentes a outras despesas com ofertas, dos quais R\$ 5.622 mil foram reconhecidos diretamente no resultado e R\$ 1.649 mil no patrimônio líquido como custos da transação.

1.2 Cisão dos investimentos do Itaú na XP Inc.

Em janeiro de 2021, a XP Inc. celebrou um acordo com o ITAÚSA S.A. em relação à cisão do Itaú de seu investimento na XP Inc., e celebrou dois acordos relativos à reorganização societária anunciada pelo Itaú Unibanco Holding SA em 31 de dezembro de 2020 (Acordos Itaú). O Conselho da Federal Reserve Board dos Estados Unidos (FED) e o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovaram a segregação legal e contábil dos investimentos do Itaú na XP Inc. para a XPart em 31 de maio de 2021 e 26 de julho de 2021, respectivamente.

Em 22 de junho de 2021, a XP Inc. apresentou uma declaração de registro no Formulário F-4 junto à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, ou “SEC”, como parte da cisão do Itaú de seu investimento na XP Inc. O prospecto se refere as ações ordinárias Classe A, ou “Ações XP,” da XP Inc., incluindo ações ordinárias Classe A na forma de Brazilian Depositary Receipts da XP (cada um representando uma Ação XP), ou os “XP BDRs”.

Em 1 de outubro de 2021, a reorganização societária foi concluída e a XPart deixou de existir. Em 4 de outubro de 2021, XP Inc. começou a negociar o seu BDR (“Brazilian Depositary Receipts”) sob o símbolo XPBR31, na bolsa brasileira B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). O impacto desta transação está apresentado na Nota 25 (b) e (c).

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

(i) Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos patrimoniais que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes.

(ii) Mudanças nos IFRS

As seguintes alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 – Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16;
- Alteração no IFRS 16 referente à concessão de aluguel relacionadas ao Covid-19 para data além de 30 de junho de 2021;
- Melhorias Anuais nos IFRS's 2018–2020 e Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma Transação Única – alterações à IAS 12.

A adoção das alterações listadas acima não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Novas políticas contábeis adotadas pelo Grupo

Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas que não são obrigatórias para o período de relatório de 31 de dezembro de 2021 e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo. Não se espera que essas normas tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iv) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os balanços consolidados do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as demonstrações consolidadas dos resultados, demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e demonstrações consolidadas das mutações no patrimônio líquido para cada um dos anos findos em 31 de Dezembro de 2021, 2020 e 2019.

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controle. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder de dirigir as atividades da entidade. As subsidiárias são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O método de aquisição é utilizado para contabilizar as combinações de negócios pelo Grupo (veja a Nota 5).

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de uma perda no valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As participações de não controladores no resultado e no patrimônio das controladas são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente, demonstração do patrimônio líquido e balanço patrimonial, respectivamente.

b) Coligadas

As coligadas são empresas nas quais o investidor tem uma influência significativa, mas não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e posteriormente contabilizados usando o método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e joint ventures incluem o ágio identificado no momento da aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

c) Coligadas mensuradas ao valor justo

O Grupo tem investimentos em coligadas mensurados ao justo valor de acordo com o item 18 da IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures. Esses investimentos são detidos por meio do XP FIP Managers, que é considerado uma organização de capital de risco, ou “Venture Capital”. Ao determinar se o fundo atende à definição de uma organização de capital de risco, a administração considerou as características e objetivos do portfólio de investimentos. A carteira classificada nesta categoria tem como objetivo gerar crescimento no valor de seus investimentos no médio prazo, além de possuir uma estratégia de desinvestimento para tais investimentos. Adicionalmente, o desempenho dessas carteiras é avaliado e administrado com base no valor justo de cada investimento.

d) Joint Ventures

O Grupo tem joint ventures nas quais as partes têm controle conjunto do acordo e têm direitos sobre o patrimônio líquido.

e) Método de equivalência

Pelo método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente para reconhecer nos resultados a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos pós-aquisição da investida, e a participação do Grupo na movimentação em outros resultados abrangentes da investida. Os dividendos recebidos ou a receber de associadas e joint ventures são reconhecidos como uma redução no valor contábil do investimento.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e suas coligadas e joint-ventures são eliminados na medida da participação do Grupo nessas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidência de uma diminuição do valor contábil do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas investidas em participações acionárias foram alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se sua participação nas associadas e joint ventures diminui, mas o Grupo mantém influência significativa ou controle conjunto, apenas o valor proporcional dos valores previamente reconhecidos em Outras receitas abrangentes é reclassificado no resultado, quando apropriado.

(v) Informações por segmento

Ao verificar o desempenho operacional do Grupo e alocar recursos, o principal tomador de decisões operacionais do Grupo (“CODM”), o Diretor-Presidente do Grupo (“CEO”) e o Conselho de Administração (“CA”), representado pelos diretores estatutários detentores de ações ordinárias da controladora do Grupo, avaliam itens selecionados na demonstração do resultado e do resultado abrangente.

O CODM considera todo o Grupo como um único segmento operacional reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O CODM analisa dados financeiros relevantes para todas as subsidiárias. As informações por segmento somente são revisadas no nível da receita (Nota 28), sem detalhes correspondentes em qualquer nível de margem ou lucratividade.

A receita, os resultados e os ativos do Grupo para esse segmento reportável podem ser determinados por referência à demonstração de resultado, ao resultado abrangente e ao balanço patrimonial. Consulte a Nota 28 (c) para obter informações detalhadas sobre receitas e ativos selecionados de clientes externos.

(vi) Conversão de moeda estrangeira

i. Moeda funcional e de apresentação

Os itens das demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

A moeda funcional de todas as subsidiárias do Grupo no Brasil também é o Real brasileiro. Algumas subsidiárias fora do Brasil têm diferentes moedas funcionais, incluindo dólar americano ("USD"), euro ("EUR"), libra esterlina ("GBP") e franco suíço ("CHF").

ii. **Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras pelas taxas de câmbio do período são geralmente reconhecidos no resultado. Eles são diferidos no patrimônio se estiverem relacionados a hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em uma operação no exterior.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado, e outros resultados abrangentes dentro dos custos financeiros. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em uma base líquida dentro de despesas de juros.

Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de conversão de ativos e passivos contabilizados pelo valor justo são registradas como parte do ganho ou perda do valor justo. Por exemplo, as diferenças de conversão de ativos e passivos não monetários, como ações mantidas a valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou perda do valor justo e diferenças de conversão de ativos não monetários, como ações classificadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

iii. **Empresas do Grupo**

Os resultados e a posição financeira das operações no exterior (nenhuma das quais possui a moeda de uma economia hiperinflacionária) e que possuem uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidas para a moeda de apresentação da seguinte forma:

- os ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio apurada naquela data;
- receitas e despesas para cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que esta não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, caso em que receitas e despesas são traduzidos nas datas das transações); e
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de qualquer investimento líquido em entidades estrangeiras e de empréstimos e outros instrumentos financeiros designados como hedge desses investimentos são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando uma operação no exterior é vendida ou quaisquer empréstimos tomados como parte do investimento líquido são pagos, as diferenças de câmbio associadas são reclassificadas para o resultado, como parte do ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes do ágio e do valor justo decorrentes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do dia do balanço.

3. Resumo das principais políticas contábeis

Esta nota fornece uma descrição das principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

(i) **Combinações de negócios**

O método de aquisição é utilizado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- valor justo dos ativos transferidos;
- passivos incorridos com os antigos proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias emitidas pelo Grupo;
- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e
- valor justo de qualquer participação acionária preexistente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com exceções limitadas, mensurados inicialmente pelo valor justo na data da aquisição. O Grupo reconhece qualquer participação de não controladores na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação de não controladores nos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como uma compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados a seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto usada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa pela qual um empréstimo semelhante pode ser obtido de um financiador independente sob termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente, quando aplicável, é classificada como patrimônio ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são subsequentemente mensurados ao valor justo com alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

Se a combinação de negócios for alcançada em estágios, a data de aquisição do valor contábil da participação acionária anteriormente detida na adquirente é mensurada ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de tal mensuração são reconhecidos no resultado.

(ii) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade.

1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios do Grupo para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são "Somente Pagamento de Principal e Juros" (o critério "SPPJ") sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo do Grupo é receber fluxos de caixa para manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR")

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem

mensurados pelo valor justo. Esta categoria inclui valores mobiliários e derivativos, incluindo instrumentos patrimoniais que o Grupo não elegeu irrevogavelmente para classificar em VJORA.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se o modelo de negócios do Grupo for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Derivativos, incluindo derivativos embutidos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não atendem aos critérios do SPPJ são classificados e mensurados como VJR, independentemente do modelo de negócios.

Os ativos financeiros na VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são títulos e valores mobiliários detidos e vendidos a descoberto.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido, com um passivo financeiro ou componente principal não derivativo, é separado do componente principal e contabilizado como um derivativo separado se: as características econômicas e os riscos não estiverem estritamente relacionados ao contrato principal; o instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido atender à definição de derivativo; e o contrato híbrido não for mensurado ao VJR. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado. A reavaliação só ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria VJR.

Um derivativo incorporado em um contrato híbrido contendo um componente principal não derivativo não é contabilizado separadamente. O contrato principal juntamente com o derivativo embutido deve ser classificado em sua totalidade como um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)

O Grupo avalia os ativos financeiros no VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no justo valor são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para lucros ou perdas.

Os ativos financeiros do Grupo classificados como VJORA incluem instrumentos de dívida.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente os investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados pelo VJORA quando satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*.

O Grupo não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria.

iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais;

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

Os ativos financeiros do Grupo mensurados ao custo amortizado incluem principalmente: "Aplicações interfinanceiras de liquidez", "Negociação e intermediação de valores", "Rendas a receber" e "Outros ativos financeiros".

O Grupo reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado (isto é, retirado da demonstração financeira) quando:

- Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que o Grupo poderia ser obrigado a pagar.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (um ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já inadimplentes, uma provisão para perdas é requerida para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência ECL).

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Vencidos até 30 dias. Entende-se que um instrumento financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de uma possível inadimplência nos próximos 12 meses.

Estágio 2: mais de 30 dias em atraso. Se um aumento significativo do risco for identificado a partir do reconhecimento inicial, e nenhuma perda for realizada, o instrumento financeiro se enquadra nesta etapa. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada reflete a perda estimada do instrumento financeiro restante da vida (vida útil).

Estágio 3: mais de 90 dias em atraso. O Grupo considera um ativo financeiro em atraso quando os pagamentos contratuais estão vencidos a mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar um ativo financeiro em inadimplência quando informações internas ou externas indicarem que é improvável que o Grupo receba os valores contratuais pendentes na sua totalidade antes de considerar quaisquer aumentos de crédito detidos pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber e outros ativos contratuais, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das ECLs. Portanto, o Grupo não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas ECLs durante a vida útil em cada data de relatório. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua perda histórica de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para os instrumentos de dívida classificados como VJORA, o Grupo aplica a simplificação para atuar com baixo risco de crédito. Em cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras, o Grupo avalia se o instrumento de dívida é considerado com baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao fazer essa avaliação, o Grupo reavalia a classificação de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, o Grupo considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.

O Grupo considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que o Grupo receba integralmente os valores pendentes de contratos antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2) Passivo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR"), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso do custo amortizado, são deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem "Títulos e valores mobiliários", "Instrumentos financeiros derivativos", "Obrigações por operações compromissadas", "Negociação e intermediação de valores", dívidas a longo prazo, tais como "Empréstimos", "Instrumentos financeiros de dívida", "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros".

Classificação e mensuração subsequente

i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR")

Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR.

Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas operações de *hedge* definidas pelo IFRS9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos no IFRS 9 forem atendidos. Os empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação e reconhecidos pelo valor justo.

ii. Passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Classificação e mensuração subsequente

O Grupo aplicou a opção de valor justo como uma mensuração alternativa para passivos financeiros selecionados. Os passivos financeiros podem ser irrevogavelmente designados como mensurados ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que, de outra forma, surgiria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em bases diferentes, ou se um grupo de instrumentos financeiros for administrado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma gestão de risco documentada ou estratégia de investimento. O valor da mudança no valor justo dos passivos financeiros designados em VJR que é atribuível a mudanças no risco de crédito desse passivo deve ser apresentado em outros resultados abrangentes. Veja mais informações na Nota 6.

iii. Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos.

O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado.

Esta categoria aplica-se geralmente a empréstimos sujeitos a juros, incluindo "Empréstimos" "Instrumentos de dívida", "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros".

iv. Compromissos sujeitos a possível de resgate

Ações resgatáveis da XPAC Acquisition Corp.

O Grupo contabiliza as ações ordinárias passíveis de resgate em dinheiro detidas pelos acionistas não controladores da XPAC Acquisition Corp., uma subsidiária consolidada, como um passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. O instrumento é inicialmente reconhecido pelo valor justo, líquido do componente de passivos de garantia de derivativos e os custos de transação elegíveis correspondentes. O componente de garantia emitido para os detentores de participação não controladora da XPAC Acquisition Corp. são contabilizados separadamente como derivativos e mensurados ao valor justo com a mudança no valor justo registrada na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 34.

4) Instrumentos Financeiros Derivativos e atividades de hedging

Instrumentos financeiros derivativos são contratos financeiros, cujo valor é derivado do valor dos ativos subjacentes, taxas de juros, índices ou taxas de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado, e eles são posteriormente remeidos ao seu valor justo ao final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende se o derivado é designado como um instrumento de cobertura e, se sim, a natureza do item que está sendo protegido. O grupo designa certos derivados como:

- hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (hedges de valor justo), ou
- hedges de um investimento líquido em uma operação estrangeira (hedges de investimento líquido).

No início da relação de hedge, o grupo documenta a relação econômica entre instrumentos de hedge e itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos. O grupo documenta seu objetivo de gestão de riscos e estratégia para a realização de suas transações de hedge.

Se o hedge não atender mais aos critérios de contabilidade de hedge, o ajuste ao montante de transporte de um item de hedge para o qual o método de juros efetivo é usado é amortizado para lucro ou perda durante o período restante até o vencimento, utilizando uma taxa de juros efetiva recalculada.

a) Efetividade do hedge

A efetividade do hedge é determinada no início do relacionamento do hedge e por meio de avaliações prospectivas periódicas de efetividade para garantir que exista um relacionamento econômico entre o item coberto e o instrumento de hedge.

Para avaliar a efetividade e medir a inefetividade de tais estratégias, o Grupo utiliza o método de compensação do dólar. O método de compensação do dólar é um método quantitativo que consiste em comparar a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge com a mudança no valor justo ou nos fluxos de caixa do item coberto atribuível ao risco coberto.

b) Obrigações com subscrição de ações - derivativos

Os bônus emitidos em conexão com a Oferta Pública Inicial (os "bônus de subscrição") e os bônus de colocação privada relacionados às nossas transações SPAC derivadas de nossas subsidiárias são reconhecidos como passivos derivativos. Dessa forma, o Grupo reconhece os instrumentos de garantia como passivos a valor justo e ajusta os instrumentos ao valor justo em cada período de relatório. Os passivos estão sujeitos a uma nova avaliação em cada data do balanço até que sejam exercidos, e qualquer mudança no valor justo é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado do Grupo. O valor justo dos bônus públicos foi medido com base no preço de mercado listado de tais bônus.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa não está sujeito a um risco significativo de mudança de valor e é mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As transações são consideradas de curto prazo quando têm vencimentos em três meses ou menos a partir da data de aquisição. Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa referem-se a títulos garantidos adquiridos mediante contratos de revenda e certificados de depósito bancário mensurados ao valor justo por meio do resultado que são prontamente conversíveis em um montante conhecido e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

(iv) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

O Grupo adquiriu títulos com contrato de revenda e vendeu títulos com contrato de recompra de ativos financeiros. Os contratos de revenda e recompra são contabilizados em aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas. A diferença entre os preços de venda e recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo da vida dos contratos, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros aceitos como garantia em nossos contratos de revenda podem ser utilizados, se previstos nos contratos, como garantia para nossos acordos de recompra ou podem ser vendidos.

(v) Negociação e intermediação de valores mobiliários (ativos e passivos)

Refere-se a transações na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") por conta própria e por conta de terceiros. As corretagens dessas transações são classificadas como receitas e as despesas com prestação de serviços são reconhecidas no momento das transações. Esses saldos são compensados e o valor líquido é demonstrado no balanço quando, e somente quando houver um direito legal e exequível de compensar e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os valores devidos para clientes representam recebíveis de títulos vendidos e contas a pagar por títulos comprados que foram contratados para, mas ainda não liquidados ou entregues na data do balanço patrimonial, respectivamente. O saldo devedor dos clientes é retido para cobrança. Esses valores são subdivididos nos seguintes itens:

- Registro e liquidação - Representado pelo registro de transações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e para os clientes;
- Devedores / Credores pendentes de liquidação - Representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, relativos a transações com títulos de renda fixa, ações, *commodities* e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço. As operações de vendas são compensadas e caso o valor final seja um crédito, elas serão registradas no passivo, por outro lado se esse valor for devedor, será registrado no ativo, desde que os saldos de compensação se refiram à mesma contraparte.

Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Em cada data de balanço, o Grupo deve mensurar a provisão para perdas sobre os valores devidos pelo cliente em um valor igual às perdas de crédito esperadas para a vida útil, se o risco de crédito tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo deve mensurar a provisão para perdas em um valor igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses. Dificuldades financeiras significativas do cliente, probabilidade de o cliente declarar falência ou reorganização financeira e inadimplência nos pagamentos são todos considerados indicadores de que uma provisão para

perdas pode ser necessária. Se o risco de crédito aumentar até o ponto em que for considerado com perda de crédito, a receita de juros será calculada com base no valor contábil bruto ajustado para a provisão para perdas. Um aumento significativo no risco de crédito é definido pela administração como qualquer pagamento contratual com atraso superior a 30 dias.

Qualquer pagamento contratual com mais de 90 dias de atraso é considerado como inadimplente. As perdas de crédito estimadas para clientes de corretagem e atividade relacionada foram imateriais para os períodos apresentados.

(vi) Operações de crédito

As operações de crédito consistem em acordos sob os quais os clientes podem tomar empréstimos montantes estipulados sob termos e condições definidos. Elas são posteriormente mensuradas ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, menos a perda de crédito esperada. Ver Nota 10 para maiores informações sobre a contabilização da Companhia para operações de crédito e Nota 3(vi) para uma descrição das perdas esperadas da Companhia em ativos financeiros.

A receita de juros desses ativos financeiros é incluída no Resultado de instrumentos financeiros a custo amortizado usando o método de taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento das operações de crédito é reconhecido diretamente no resultado e apresentado na Nota 14. As perdas esperadas de crédito são apresentadas como um item separado na demonstração do resultado.

(vii) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem incentivos para os agentes autônomos ("AAIs"), licenças de *software* pré-pago, certos serviços profissionais e prêmios de seguro.

(viii) Arrendamento mercantil

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mercantil reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos do arrendamento mercantil efetuados antes ou depois da data de início, deduzidos os incentivos recebidos. A menos que o Grupo esteja razoavelmente certo de obter a propriedade do ativo arrendado no final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo período mais curto de sua vida útil estimada e pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos substanciais) menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas por rescindir um arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir. Os pagamentos variáveis da locação que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento mercantil, o Grupo utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento, se a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento mercantil aumenta para refletir o acréscimo de juros e redução dos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento mercantil é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos do arrendamento mercantil ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento mercantil de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa de maneira linear pelo prazo do arrendamento.

Julgamento significativo na determinação do prazo do arrendamento dos contratos com opções de renovação

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o arrendamento, se for razoavelmente exercido, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o arrendamento, se é razoavelmente certo que não será exercido.

O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios).

(ix) **Imobilizado de uso**

Todos os bens e equipamentos estão demonstrados ao custo histórico menos depreciação acumulada e *impairment*. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, líquidos dos créditos tributários. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item seja material e possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Taxa anual (%)
Processamento de dados	20%
Móveis e equipamentos	10%
Sistemas de Segurança	10%
Benfeitorias	10%
Veículos	10%

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data de balanço e ajustados prospectivamente, se apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de manutenção e seu valor em uso, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações ou desreconhecimento são determinados pela comparação dos resultados da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado

(x) **Ativos intangíveis**

i. **Ágio**

O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de (i) contraprestação recebida; (ii) o valor correspondente à participação dos não controladores; e (iii) o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação recebida, a participação não controladora reconhecida e a participação mantida anteriormente mensurada pelo valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, haverá uma situação de compra vantajosa e a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma potencial incapacidade.

ii. **Custos de software e desenvolvimento**

Certos custos diretos e de desenvolvimento associados aos *softwares* desenvolvidos internamente da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está pronto para uso, e são amortizados pelo método linear, geralmente durante um período de cinco anos. A pesquisa e os custos de desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. Em determinadas circunstâncias, a administração pode determinar que o *software* desenvolvido anteriormente e sua despesa relacionada não mais atendem à definição de viabilidade da administração, o que poderia resultar na redução do valor recuperável desse ativo.

iii. **Outros ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, exceto (i) acima, não são capitalizados e o gasto relacionado é refletido no resultado do período no qual o gasto é incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, exceto o ágio.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil estimada e testados para *impairment* sempre que houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperado. O período e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício ou quando houver indicadores de redução ao valor recuperável. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos são consideradas para modificar a amortização, conforme apropriado, e tratadas como mudanças nas estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vidas definidas é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com o uso de ativos intangíveis. As vidas úteis dos ativos intangíveis estão demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3-5
Intangível desenvolvido internamente	3-7
Lista de clientes	2-8
Marcas e patentes	10-20

Os ganhos e perdas resultantes da baixa ou baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido da venda (se houver) e o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

(xi) **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, por exemplo, o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem um potencial *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs (ou grupos de UGCs) que devem se beneficiar das sinergias da combinação, que são identificadas no nível do segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio que foram ajustados por redução ao valor recuperável, são revisados subsequentemente para uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida na demonstração do resultado não é revertida.

(xii) **Impostos**

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

As entidades do Grupo pagam imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) sob dois métodos diferentes:

- Método do Lucro Real - onde o contribuinte calcula os referidos impostos com base no seu lucro tributável real, após computar todos os rendimentos, ganhos e despesas dedutíveis, incluindo as perdas operacionais líquidas dos exercícios anteriores. Os impostos calculados de acordo com o método do Lucro Real são devidos trimestral ou anualmente, dependendo da adoção da entidade através do primeiro documento de cobrança de cada ano civil. O método anual do Lucro Real exige que os contribuintes façam pagamentos antecipados mensais de IRPJ e CSLL durante o ano-calendário.
- Método do Lucro Presumido - onde o contribuinte calcula o IRPJ e a CSLL aplicando uma margem de lucro sobre as receitas operacionais. É importante ressaltar que a margem de lucro é definida pela Receita Federal do Brasil (RFB) de acordo com o tipo de serviços prestados e/ou mercadorias vendidas. Sob o método do

Lucro Presumido, os impostos mencionados são devidos trimestralmente e nenhum pré-pagamento é exigido durante os trimestres.

As alíquotas de imposto aplicáveis ao Lucro Real e Lucro Presumido também são definidas de acordo com a atividade principal das entidades.

- Imposto de Renda Federal (IRPJ) - alíquota de 15% calculada sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o valor da renda tributável que exceder R\$ 20 por mês (ou R\$ 240 por ano).
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – alíquota de 9% calculada sobre o rendimento tributável. No entanto, as instituições financeiras (ou seja, XP CCTVM) e as seguradoras (ou seja, XP Vida e Previdência) estão sujeitas a uma taxa de CSLL mais alta de 15%. A partir de março de 2020, os bancos brasileiros (ou seja, Banco XP) estão sujeitos a uma taxa de CSLL de 20%. A partir de julho de 2021, a taxa de CSLL aumentou em 5% para todas as entidades financeiras brasileiras até dezembro de 2021. Portanto, os bancos brasileiros estão sujeitos a uma alíquota da CSLL de 25% e todos os demais entes financeiros, incluindo as seguradoras, estão sujeitos a uma alíquota de 20% por meio da Lei Federal 13.148/2021.

ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. No entanto, os impostos diferidos não são contabilizados se surgirem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete a contabilização nem o lucro ou prejuízo tributável.

Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e / ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira.

O imposto diferido é provisionado sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em controladas, exceto por um passivo fiscal diferido quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e é provável que a diferença temporária não seja revertida no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionados à mesma entidade legal e mesma jurisdição. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países geralmente são apresentados separadamente, e não em uma base líquida.

i) Impostos sobre faturamento

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre faturamento, exceto:

- Quando os impostos sobre faturamento incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável;
- Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre faturamento incluídos.

O valor líquido dos impostos sobre faturamento, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço, e líquido da receita ou custo / despesa, na demonstração do resultado.

As receitas de vendas e serviços no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes taxas legais:

- PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e recolhidos dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções à receita bruta (Nota 28) contra passivos fiscais, pois estamos atuando como agentes de retenção fiscal em nome do fisco. PIS e COFINS pagos em determinadas compras poderão ser reclamados como créditos tributários para compensar o PIS e a COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos recuperáveis (Nota 12) e são compensados mensalmente com impostos a pagar e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas em dois regimes diferentes de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo.

O método não cumulativo é obrigatório para empresas que calculam o imposto de renda no âmbito do Método de Lucro Real (APM). As alíquotas aplicáveis do PIS e DA COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

Caso contrário, o método cumulativo deve ser adotado por entidades sob o Método de Lucro Presumido (PPM) e também obrigatório para as Companhias Financeiras e de Seguros. As alíquotas aplicáveis às empresas sob PPM são PIS 0,65% e COFINS 3,00%. As entidades financeiras (ou seja, XP CCTVM) e seguradoras (ou seja, XP Vida e Previdência) têm um percentual diferente da COFINS com sobretaxa de 1,00%, totalizando 4,00%.

- O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre as receitas da prestação de serviços. O imposto sobre serviço é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços prestados pelo Grupo. Estes são reconhecidos como deduções à receita bruta (Nota 28) contra o passivo tributário, uma vez que o Grupo atua como agente de recolhimento desses impostos em nome dos governos municipais. As taxas podem variar de 2,00% a 5,00%. O ISS indicado na tabela é aplicável à cidade de São Paulo e o Rio de Janeiro refere-se à taxa mais cobrada nas operações do Grupo.
- O INSS é uma cobrança previdenciária cobrada sobre os salários pagos aos empregados.

(xiii) Empréstimos de ações

As ações cedidas e / ou recebidas em empréstimos são contratadas e avaliadas pelo preço de fechamento no último dia em que foram negociadas na B3. Os direitos e / ou obrigações nas operações de empréstimo de títulos são registrados em contas patrimoniais e os ganhos e / ou perdas nas ações cedidas e / ou recebidas em empréstimos são reconhecidos na demonstração do resultado. As obrigações por empréstimos de ações são incluídas na rubrica de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota b).

(xiv) Instrumentos financeiros de dívidas e empréstimos

Os títulos de dívida classificados como Debêntures, Títulos, Notas Promissórias e Empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e, posteriormente, transportados a custo amortizado. Quaisquer diferenças entre os rendimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidas em lucro ou perda durante o período dos empréstimos utilizando o método de taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do EIR. A amortização do EIR é incluída como despesa de juros sobre a dívida na demonstração do resultado.

(xv) Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

(xvi) Passivos de previdência privada

Os planos de previdência privada referem-se à acumulação de recursos financeiros, denominada PGBl (Plano Gerador de Benefícios), um plano que visa acumular fundos para a aposentadoria do participante e VGBL (Seguro de Vida Resgatável), um produto financeiro estruturado como plano de aposentadoria. Nos dois produtos, a contribuição recebida do participante é aplicada a um Fundo de Investimento Especialmente Constituído ("FIE") e acumula juros com base nos investimentos do FIE.

Os produtos de previdência privada oferecidos pela Companhia não contêm risco significativo de seguro, onde a Companhia aceita risco significativo de seguro dos participantes, concordando em compensá-los se um evento futuro incerto especificado os afetar adversamente. Portanto, os contratos são contabilizados no escopo do IFRS 9, Instrumentos Financeiros ("IFRS 9").

(xvii) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que um fluxo seja exigido na liquidação é determinada pela consideração da classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao tempo decorrido é reconhecido como despesa de juros.

(xviii) **Benefícios a empregados**

i) Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados quando o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago nos termos dos planos de bônus ou participação nos resultados a curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser mensurada com segurança.

ii) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a Restricted Share Units "RSU" e a Performance Share Units ("PSU"). Os planos de incentivo baseados em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido.

Os julgamentos significativos, estimativas e premissas referentes a pagamentos baseados em ações e atividades relacionadas a pagamentos baseados em ações são discutidos mais detalhadamente na Nota 32.

iii) Planos de participação nos lucros e bônus

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus e participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o lucro atribuível aos proprietários do Grupo após certos ajustes e distribuído com base no desempenho individual e coletivo, incluindo indicadores qualitativos e quantitativos.

O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando existe uma prática que criou uma obrigação construtiva.

iv) Ações de fundadores

A emissão de ações e mandados fundadores pelo SPAC está no âmbito do IFRS 2, pois os fundadores (incluindo a equipe de gestão) estão sendo premiados com essas ações a um preço nominal em troca de seus serviços, operando como gestão do SPAC. Como resultado, o pagamento baseado em ações seria medido na data da concessão. As ações do fundador não possuem um período de serviço especificado, mas seriam perdidas ou expirariam sem valor se uma combinação de negócios não fosse consumada. Portanto, os fundadores só derivam o valor das ações do fundador quando são convertidos em ações classe A em cima de uma combinação de negócios bem-sucedida. A partir de 31 de dezembro de 2021, não há valores acumulados, pois tal não ocorreu nenhuma combinação de negócios.

(xix) **Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos.

(xx) Ações em Tesouraria

Instrumentos próprios de capital próprio que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos a custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou prejuízo é reconhecido em lucro ou perda na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital próprio do Grupo.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é registrada como redução ou aumento das Reservas de Capital. O cancelamento das ações em tesouraria é registrado como uma redução das ações do Tesouro contra as Reservas de Capital, ao preço médio das ações em tesouraria na data de cancelamento.

(xxi) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção de ações diferentes das ações ordinárias e preferenciais pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o ano, ajustados por elementos bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo ações em tesouraria (Nota 33).

O lucro por ação diluído ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para considerar o efeito do imposto de renda após os juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais adicionais ações que estavam em circulação presumindo a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas (Nota 33).

(xxii) Receitas

1) Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços.

O Grupo aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de execução no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais.

O Grupo tem poder de envolver e contratar fornecedores terceirizados na prestação de serviços ao cliente em seu nome. O Grupo apresenta as receitas e os custos associados a esses fornecedores terceirizados de forma bruta, onde é considerado o principal e, líquido, onde é considerado o agente. Geralmente, o Grupo é considerado o principal nesses acordos porque o Grupo controla os serviços antes de serem transferidos para os clientes e, conseqüentemente, apresenta a receita bruta dos custos relacionados.

Os principais tipos de contratos de receita do Grupo são:

i) Corretagem com operações em bolsa

A receita de comissão de corretagem com operações em bolsa consiste na receita gerada através de serviços de corretagem baseados em comissão em cada transação realizada, ou seja, as bolsas de valores para clientes, reconhecidas em um determinado momento (data de negociação) conforme a obrigação de execução é satisfeita.

ii) Colocação de títulos

A Receita de colocação de títulos refere-se a honorários e comissões auferidas com a colocação de uma ampla gama de títulos em nome de emissores e outras atividades de levantamento de capital, tais como fusões e aquisições, incluindo serviços de assessoria financeira relacionados. O ato de colocar os títulos é a única obrigação de desempenho e a receita é reconhecida no momento em que a transação subjacente é concluída nos termos do contrato e é provável que uma reversão significativa de receita não ocorra.

iii) Distribuição e gestão de fundos

As taxas de distribuição e gestão de fundos referem-se substancialmente a (i) serviços como consultor de investimentos de fundos, clubes de investimento e administração de patrimônio; e (ii) distribuição de cotas de fundos de investimentos

administrados por terceiros. A receita é reconhecida durante o período em que essa obrigação de desempenho é entregue, e geralmente com base em um percentual fixo acordado do valor patrimonial líquido de cada fundo mensalmente. Parte das taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

iv) Comissões de seguros

Refere-se à corretagem de seguros, capitalização, planos de previdência e saúde, por meio da intermediação da venda de serviços de seguros.

As receitas são reconhecidas após a prestação de serviços de corretagem às seguradoras. Os produtos vendidos pela XP Corretora de Seguros são inspecionados mensalmente, e os valores recebidos da comissão são reconhecidos como receita no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida.

v) Serviços educacionais

A receita educacional refere-se à assessoria e consultoria em finanças, planejamento financeiro, gestão de negócios e desenvolvimento de cursos e programas de treinamento de negócios no território nacional, por meio do desenvolvimento e gerenciamento de cursos.

vi) Taxas de comissões

As taxas de comissões são reconhecidas quando a XP presta ou oferece serviços aos clientes, em um valor que reflete a consideração que a XP espera coletar em troca desses serviços. Aplica-se um modelo de cinco etapas para contabilizar as receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento de receita, quando as obrigações de desempenho acordadas em acordos com clientes são cumpridas. Os custos e custos incrementais para o cumprimento de acordos com os clientes são reconhecidos como uma despesa incorrida.

vii) Outros serviços

Outros serviços referem-se a receitas relacionadas a serviços de consultoria financeira, oferta de cursos e treinamentos, anúncios no site do Grupo, planos de previdência privada e patrocínio em eventos realizados pelo Grupo.

2) Resultado líquido de instrumentos financeiros

O resultado líquido de instrumentos financeiros consistem nos rendimentos auferidos em operações de principal, juros auferidos sobre o caixa do Grupo, juros auferidos sobre o caixa entregue em apoio à atividade de empréstimo de títulos e dividendos recebidos de títulos detidos, deduzido do custo dos juros sobre empréstimos e financiamentos. Incluiu também os ganhos e perdas de variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Esses ganhos e perdas estão fora do escopo do IFRS 15, mas no escopo do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e as políticas contábeis relacionadas estão divulgadas na Nota 3 acima.

4. Estimativa e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 3 requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Além disso, esta nota também explica onde houve ajustes reais este ano como resultado e erro e de mudanças nas estimativas anteriores.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos futuros exercícios fiscais estão incluídas a seguir:

(i) Estimativa do valor justo de certos ativos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para selecionar uma variedade de métodos e fazer premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes no final de cada período de relatório.

(ii) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas para ativos financeiros são baseadas em hipóteses sobre risco de inadimplência e taxas esperadas de perda. O Grupo usa julgamento ao fazer essas premissas e selecionar as entradas para o cálculo de *impairment*, com base no histórico do Grupo e nas condições de mercado existentes, bem como estimativas prospectivas no final de cada período de relatório.

(iii) Reconhecimento do ativo fiscal diferido por prejuízos fiscais a compensar

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na medida em que lucro tributável suficiente provavelmente estará disponível para permitir o uso de tais perdas. É requerido o uso de julgamento significativo da administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O Grupo concluiu que o ativo diferido será recuperável utilizando-se o lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados para as controladas, onde um ativo fiscal diferido foi reconhecido. As perdas podem ser transportadas indefinidamente e não têm data de vencimento.

(iv) Vida útil de bens imobilizados e intangíveis

Os bens imobilizados e os ativos intangíveis podem ser utilizados para a determinação de uma vida útil para fins de depreciação e amortização. Há um elemento significativo de julgamento em fazer suposições de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o tempo e a natureza dos avanços tecnológicos futuros são difíceis de prever.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não identificou evidências que pudessem indicar que as vidas úteis descritas na Nota 3 deveriam ser revisadas. Portanto, o Grupo concluiu que não considera necessária nenhuma alteração.

(v) Impairment de ativos não financeiros, incluindo ágio

O Grupo avalia, em cada data do balanço, se existem indicativos que um ativo pode ter perdas em seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio são testados em relação ao valor recuperável no nível da UGC, conforme adequado, e quando a situação indicar que o valor contábil pode estar deteriorado.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. A obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias de uso, que demonstrem a necessidade de registro de *impairment*, também são considerados nas estimativas.

(vi) Provisão para passivos contingentes

As provisões para os passivos contingentes são registradas quando o risco de perda de processos administrativos ou judiciais é considerado provável e os valores possam ser mensurados de forma confiável, fundamentados pela natureza, complexidade e histórico dos processos judiciais e pela opinião de assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda de processos judiciais ou administrativos é avaliado como provável e os valores envolvidos podem ser mensurados com suficiente precisão, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões são total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Dadas as incertezas decorrentes do processo, não é praticável determinar o momento de qualquer saída de recursos (desembolso de caixa).

(vii) Plano de Incentivo

Estimar o valor justo para transações de pagamento baseadas em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da concessão. Essa estimativa também requer a determinação dos insumos mais adequados ao modelo de avaliação, incluindo a vida útil esperada da opção de ação ou direito de valorização. Fazer estimativas requer que a gestão exerça um julgamento significativo. É pelo menos razoavelmente possível que a estimativa do efeito de uma condição, situação ou conjunto de circunstâncias que existiam na data das demonstrações financeiras condensadas não auditadas, que a administração considerou na formulação de sua estimativa, possa mudar no curto prazo devido a um ou mais eventos futuros de confirmação.

5. Consolidação

(i) Subsidiárias

Abaixo estão apresentadas as participações diretas e indiretas da Companhia em suas subsidiárias para os fins destas demonstrações financeiras consolidadas:

% de participação ⁽ⁱ⁾

	País de Incorporação	Atividade Principal	2021	2020	2019
Controladas Diretas					
XP Investimentos S.A.	BR	Holding Financeira	100%	100%	-
XPAC Sponsor LLC (v)	Cayman	Propósito específico de patrocínio de aquisições	100%	-	-
XProject LTD (v)	Cayman	Holding Financeira	100%	-	-
Controladas Indiretas					
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	BR	Corretora de Valores	100%	100%	100%
XP Vida e Previdência S.A. (iv)	BR	Seguradora	100%	100%	100%
Banco XP S.A.	BR	Instituição Financeira	100%	100%	100%
XP Controle 3 Participações S.A.	BR	Holding Financeira	100%	100%	100%
XPE Infomoney Educação Assessoria Empresarial e Participações Ltda.	BR	Consultoria em serviços financeiros	100%	100%	99,99%
Tecfinance Informática e Projetos de Sistemas Ltda.	BR	Prestação de serviços de TI	99,73%	99,76%	99,76%
XP Corretora de Seguros Ltda.	BR	Corretora de seguros	99,99%	99,99%	99,99%
XP Gestão de Recursos Ltda.	BR	Serviço de administração de TVM	94,90%	94,80%	93,70%
XP Finanças Assessoria Financeira Ltda.	BR	Consultoria de investimentos	99,99%	99,99%	99,99%
Infostocks Informações e Sistemas Ltda.	BR	Intermediação de sistemas de informação	99,99%	99,50%	99,99%
XP Advisory Gestão Recursos Ltda.	BR	Serviço de administração de TVM	99,54%	99,45%	99,57%
XP Vista Asset Management Ltda.	BR	Serviço de administração de TVM	99,50%	99,42%	99,42%
XP Controle 4 Participações S.A.	BR	Holding seguradora	100%	100%	100%
Leadr Serviços Online Ltda. (vi)	BR	Rede social	-	99,99%	99,99%
Spiti Analise Ltda. (ii)	BR	Pesquisa	-	100%	100%
Chamaleon Bravery Unipessoal LDA (vi)	PT	Consultoria em serviços financeiros	-	100%	100%
XP Investments UK LLP	UK	Corretora de Valores	100%	100%	100%
Sartus Capital LTD	UK	Gestão de ativos	100%	100%	100%
XP Private (Europe) S.A.	Suíça	Corretora de Valores	-	100%	100%
XP Holding UK Ltd	UK	Holding Internacional	100%	100%	100%
XP Investments US LLC	USA	Corretora de Valores	100%	100%	100%
Xperience Market Services LLC (vi)	USA	Corretora de Valores	-	100%	100%
XP Holding International LLC	USA	Holding Internacional	100%	100%	100%
XP Advisory US	USA	Consultoria em serviços financeiros	100%	100%	100%
XP PE Gestão de Recursos Ltda.	BR	Serviço de administração de TVM	98,70%	98,70%	-
XP LT Gestão de Recursos Ltda.	BR	Serviço de administração de TVM	92,00%	92,00%	-
Carteira Online Controle de Investimentos Ltda. (iii)	BR	Plataforma de consolidação de investimentos	99,99%	99,99%	-
Antecipa S.A. (iii)	BR	Antecipação de recebíveis	100%	100%	-
XP Allocation Asset Management Ltda.	BR	Serviço de administração de TVM	99,99%	99,99%	-
Track Índices Consultoria Ltda.	BR	Provedora de índices	100%	100%	-
XP Eventos Ltda.	BR	Mídias e eventos	99,9%	99,00%	-
DM10 Correrota de Seguros Ltda. (iii)	BR	Corretora de seguros	0%	100%	-
XP Comercializadora de Energia Ltda. (v)	BR	Comercialização de Energia	100%	-	-
Instituto XP (v)	BR	Entidade sem fins lucrativos	100%	-	-
XPAC Acquisition Corp. (vii) (v)	USA	Aquisição de propósito especial	20%	-	-
XP Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (v)	BR	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100%	-	-
Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. (v) (iii)	BR	Serviços de conteúdo educacional	100%	-	-
Xchange Intermediação S.A. (v)	BR	Ativos digitais	100%	-	-

Fundos de investimentos

Falx Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	100%
Gladius Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	100%
Scorpio Debêntures Incentivadas Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	100%
Galea Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (vi)	BR	Fundo de Investimento	-	100%	100%
Javelin Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	100%
Spatha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (vi)	BR	Fundo de Investimento	-	100%	100%
Frade Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios NP	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	100%
Frade III Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	-
Balista Debêntures Incentivadas Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (vi)	BR	Fundo de Investimento	-	100%	-
Coliseu Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	-
NIMROD Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	-
XP High Yield Fund SP	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	-
XP International Fund SPC	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	-
XP Managers Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	BR	Fundo de Investimento	100%	100%	-
XP Alesia Fund SP CL Shares - Brazil International Fund SPC. (v)	Cayman	Fundo de Investimento	100%	-	-
Newave Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. (v)	BR	Fundo de Investimento	100%	-	-
Endor Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (v)	BR	Fundo de Investimento	100%	-	-

(i) O percentual de participação representa o interesse do Grupo no capital total e no capital votante de suas subsidiárias.

(ii) As subsidiárias legalmente fundidas em seus respectivos pais imediatos, sem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Novas subsidiárias adquiridas em 2020 e 2021. Veja mais detalhes no Note 5 (ii) abaixo.

(iv) Subsidiárias incorporadas em 2018 para atuação no ramo de previdência privada e seguros de vida, que é regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no Brasil.

(v) Novas subsidiárias e fundos de investimento incorporados no ano.

(vi) Subsidiárias e fundos de investimento fechados ou consolidados por outros fundos durante o ano.

(vii) Novas subsidiárias que o Grupo detém controle operacional. O controle operacional refere-se aos direitos relevantes que a Companhia tem sobre a subsidiária, que inclui, entre outros temas, o direito de nomear os diretores e propor a entidade-alvo para fusão.

(ii) Combinação de negócios e Investimentos

(a) Aquisições em 2021

Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação Ltda ("IGTI")

Em 05 de novembro de 2021 o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total do Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação LTDA ("IGTI"). A aquisição foi concluída na mesma data. O IGTI atua no desenvolvimento e coordenação de atividades de ensino, atividades de pesquisa científica e serviços educacionais.

A aquisição da IGTI foi concluída recentemente e a alocação do preço de compra para adquirir ativos, incluindo ágio, e passivos assumidos ainda é preliminar, aguardando o recebimento das avaliações finais do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de fechamento da transação. O valor total pago é de R\$ 46.382, sendo: i) R\$ 40.000 pagos à vista, ii) R\$ 5.000 pagos em seis parcelas anuais consecutivas de 2022 a 2027 corrigidos pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e iii) R\$ 1.381 como valor justo da contraprestação contingente.

Esta aquisição não é considerada relevante para as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc. O preço de compra preliminar foi alocado principalmente ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

Além disso, a Companhia incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram contabilizados conforme incorridos.

Investimentos na XProject

Em 23 de agosto de 2021 o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total da UFUK Empreendimentos e Participações S.A., posteriormente denominada XProject Participações S.A. A empresa é uma holding que tem por objetivo adquirir participação como sócia ou acionista de outras empresas no Brasil e no exterior. Esta aquisição não é considerada relevante para as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc. O preço de compra é principalmente alocado ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

Investimentos na XP Energia

Em 4 de maio de 2021 o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total da Solis Comercializadora de Energia Ltda. posteriormente denominada XP Comercializadora de Energia Ltda ("XP Energia"). A empresa tem por objetivo atuar no comércio atacadista de energia elétrica, por meio de corretagem, representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação; prestação de serviços de intermediação entre compradores e vendedores de energia, entre outros serviços relacionados. Esta aquisição não é considerada relevante para as demonstrações financeiras consolidadas da XP Inc. O preço de compra é principalmente alocado ao ágio, representando o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição.

Os resultados dessas operações dos negócios adquiridos em períodos anteriores às datas de aquisição, individualmente e em conjunto, não foram relevantes para as demonstrações de resultado consolidadas da Companhia e, portanto, não foram apresentadas informações proforma.

(b) Aquisições em 2020

O valor justo preliminar dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a partir de cada data de aquisição foram:

	Fliper	Antecipa	DM10	Total
Ativo				
Caixa	617	1.917	275	2.809
Outros ativos	-	95	411	506
Ativos intangíveis	2.869	10.037	2.950	15.856
	3.486	12.049	3.636	19.171
Passivos				
Outros passivos	(6.159)	(198)	(1.522)	(7.879)
Total de ativos líquidos identificáveis pelo valor justo	(2.673)	11.851	2.114	11.292
Ágio decorrente da aquisição	39.832	20.732	14.886	75.450
Contraprestação contingente	30.300	8.732	-	39.032
Valor de compra transferido	67.459	41.315	17.000	125.774
Análise do Fluxo de Caixa da aquisição				
Caixa da subsidiária	(617)	(1.917)	(275)	(2.809)
Contas a pagar	-	(14.636)	(6.000)	(20.636)
Contraprestação contingente	(30.300)	(8.732)	-	(39.032)
Fluxo de Caixa na aquisição, líquido (atividades de investimento)	36.542	16.030	10.725	63.297

A partir de R\$ 63.297 do fluxo de caixa líquido na aquisição, R\$ 62.443 foram liquidados em 2020 e R\$ 854 foram liquidados em 2021.

*Durante o período de medição, a contrapartida de compra transferida para as aquisições foi ajustada para R\$ 125.774 (R\$ 100.923 previamente divulgado) em decorrência de ajustes de preço de compra. Assim, o ágio foi atualizado para R\$2.233.

** Durante o período de medição, a contrapartida preliminar para as aquisições foi ajustada para R\$39.032 (R\$14.183 divulgados anteriormente) em decorrência de um reajuste justo de valor de R\$24.849.

Para a alocação do preço de compra, foram identificados os seguintes ativos intangíveis. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo de ativos intangíveis adquiridos e identificados separadamente foram as seguintes:

Ativos	Valor	Método	Período de amortização esperada
Lista de clientes	2.181	Método de ganho em excesso em vários períodos	5,5 anos
Marcas e Patentes	3.799	Dispensa de royalties	5 anos
Tecnologia	9.876	Dispensa de royalties	5 anos

Para as aquisições concluídas, a contrapartida total paga é de R\$125.774, sendo: i) R\$62.443 pagos à vista, ii) R\$21.487 a pagar em três parcelas anuais consecutivas de 2020 a 2022 ajustadas pela taxa de Depósito Interbancário ("CDI") e iii) R\$ 39.032 como valor justo da contraprestação do contingente.

O ágio reconhecido inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes da aquisição, que não é reconhecido separadamente.

Além disso, a Companhia incorreu em custos diretos para as combinações de negócios que foram gastos como incorridos.

Os resultados das operações dos negócios adquiridos por períodos anteriores às aquisições, individualmente e no agregado, não foram relevantes para as demonstrações consolidadas de resultados da Companhia e, portanto, não foram apresentadas informações pro forma.

Aquisição da Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.-ME ("Fliper")

Em 5 de junho de 2020, o Grupo celebrou um acordo para adquirir 100% do capital social total da Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.-ME ("Fliper"). Fliper é uma plataforma automatizada de consolidação de investimentos que oferece conectividade e ferramentas aos usuários para realizar uma autogestão financeira intuitiva e inteligente. A transação permite que o Grupo ofereça a seus clientes recursos adicionais para administrar seus investimentos, à medida que a tendência de banco aberto continua se acelerando no Brasil. Em 13 de julho de 2020, a aquisição foi consumada, mediante homologação do Banco Central (BACEN).

Aquisição da DM10 Corretora de Seguros e Assessoria Ltda. ("DM10")

Em 9 de setembro de 2020, o Grupo firmou acordo para aquisição de 100% do capital social total da DM10 Corretora de Seguros e Assessoria Ltda. ("DM10"). DM10 é um mercado que conecta centenas de distribuidores independentes com produtos de Seguro de Vida e Previdência, agregando valor por meio de tecnologia e educação. Com a transação, o Grupo amplia sua rede de distribuição na área de seguros. Em 24 de setembro de 2020, a aquisição foi consumada, mediante homologação do Banco Central (BACEN).

Aquisição da Antecipa S.A. ("Antecipa")

Em 29 de junho de 2020, o Grupo celebrou um acordo de 100% do capital social total da Antecipa S.A. ("Antecipa"). A Antecipa é uma plataforma digital focada no financiamento de recebíveis e oferece uma alternativa eficiente para as empresas otimizarem a gestão do seu fluxo de caixa. Para o Grupo, a aquisição representa uma oportunidade para expandir ainda mais sua gama de produtos e reforçar a presença da empresa nos segmentos de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e corporativos no Brasil, semelhante às iniciativas transformacionais da XP no Varejo, Alta Renda e Mercado Privado canais. Em 1º de setembro de 2020, a aquisição foi consumada, mediante homologação do Banco Central (BACEN).

Aquisição da Riza Capital Consultoria de Investimentos S.A ("Riza")

Em 23 de dezembro de 2020, o Grupo celebrou um acordo de aquisição de 100% do capital social total da Riza, empresa de consultoria financeira independente. A Riza conta com uma das equipes mais experientes e respeitadas do segmento, com experiência em importantes instituições financeiras e participação ativa em algumas das mais relevantes operações de M&A das últimas décadas. A transação está alinhada com a estratégia da XP Inc. de reforçar seu ecossistema de Mercado de Capitais.

(c) Outros desenvolvimentos

a. Transações SPAC

Em 3 de agosto, a XPAC Acquisition Corp. (subsidiária da XP Inc), concluiu sua oferta pública inicial ("IPO"), ofertando um preço agregado de R\$ 1.134.797 que incluiu o exercício da opção de lote suplementar de uma parcela das ações. A XPAC é uma empresa de aquisição de propósito específico, constituída como uma empresa isenta das Ilhas Cayman com a finalidade de efetuar uma fusão, troca de ações, aquisição de ativos, compra de ações, reorganização ou combinação de negócios similar com um ou mais negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, não selecionamos nenhum objetivo de combinação de negócios, embora tenhamos iniciado discussões substanciais com algumas empresas. Nossa expectativa é consumir a combinação de negócios assim que o Grupo identificar uma empresa-alvo. Assim, os fundadores terão suas ações convertidas em ações classe A, que serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Os impactos financeiros desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados na Nota 7.a.(iii), Nota 8 e Nota 20.b.(iv).

b. Aquisições de participações minoritárias

A XP Inc. firmou acordos por meio de nossos fundos proprietários para adquirir uma participação minoritária na (i) Giant Steps, líder em fundos quânticos no Brasil; (ii) Capitânia Investimentos, gestora de ativos independente tradicional no Brasil

especializada em estratégias de crédito corporativo, imobiliário e investimento em infraestrutura e (iii) Jive Investments, a maior gestora independente de investimentos alternativos do Brasil, oferecendo recuperação de crédito, imobiliário e outros estratégias de ativos e (iv) a Vista Capital, uma das principais gestoras independentes de ações e hedge funds do Brasil. A conclusão dessas transações ocorreu dentro do exercício findo apresentado.

6. Aplicação interfinanceira de liquidez e obrigações por operações compromissadas

a) Aplicação interfinanceira de liquidez

	2021	2020
Posição Bancada	3.322.254	1.409.742
Notas do Tesouro Nacional (i)	2.671.122	876.146
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	452.714
Letras do Tesouro Nacional (i)	544.546	44.093
Debêntures (ii)	37.688	36.789
Certificado de Recebíveis Imobiliários (ii)	43.397	-
Letras Financeiras	25.501	
Posição Financiada	5.574.846	5.218.037
Letras do Tesouro Nacional (i)	-	976.468
Notas do Tesouro Nacional (i)	1.556.303	4.241.569
Debêntures (ii)	906.519	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários (ii)	2.586.893	-
Letras Financeiras	525.131	
Perdas esperadas (iii)	(2.569)	(370)
Total	8.894.531	6.627.409

(i) As aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos referem-se a operações de compra de títulos públicos com compromisso de venda originadas na XP CCTVM e nos fundos exclusivos e foram praticadas a uma taxa média pré-fixada de 9,15 % a.a. (1,91 % a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Refere-se a títulos de renda fixa emitidos por empresas privadas.

(iii) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada em aplicações interfinanceiras de liquidez segregada por estágio de acordo com o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros está demonstrada na Nota 14.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 1.071.328 (R\$ 593.673 em 31 de dezembro de 2020) está sendo apresentado como caixa equivalente de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

b) Obrigações por operações compromissadas

	2021	2020
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.325.188	18.318.498
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	10.098.672	13.497.944
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	7.515.712	-
Debêntures	553.953	22.902
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.324.155	-
Letras de crédito financeiro (LF)	463.665	-
Total	26.281.345	31.839.344

Em 31 de dezembro de 2021, basicamente as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas com taxas de juros de 9,14 % a.a. (1,89% a.a. - 31 de dezembro de 2020), com ativos dados em garantia.

7. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros ativos classificados ao valor justo por meio do resultado:

	2021		2020	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Instrumentos financeiros ativos (i)				
Ao valor justo por meio do resultado				
Carteira disponível	56.899.391	56.985.365	49.157.111	49.590.013
Títulos do Governo Brasileiro	15.577.753	15.582.410	30.752.903	31.129.671
Fundos de Investimento (i)	28.520.788	28.520.788	11.216.914	11.221.774
Ações de companhias de capital aberto	4.768.724	4.768.724	3.802.610	3.802.470
Debêntures	4.493.406	4.522.150	1.111.595	1.114.967
Certificados de Operações Estruturadas	235.794	270.225	485.012	515.960
Certificado de Depósitos Bancários (ii)	352.770	356.313	371.455	372.329
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	573.374	579.224	359.607	363.721
Certificados de Recebíveis Imobiliários	568.347	575.717	97.606	96.930
Letras Financeiras	663.236	669.819	81.465	82.209
Outros (iv)	1.145.199	1.139.995	877.944	889.982
Investimentos em conta fiduciária	1.194.590	1.194.590	-	-
Títulos do Governo americano (iii)	1.194.590	1.194.590	-	-
Total	58.093.981	58.179.955	49.157.111	49.590.013

- (i) Ativos financeiros incluem R\$ 31.921.400 (R\$13.387.913 em 31 de dezembro de 2020) relativos a Fundo de Investimento Especialmente Constituído ("FIE") conforme apresentado na Nota 23, dos quais R\$ 26.336.326 (R\$ 10.625.520 em 31 de dezembro de 2020) são Fundos de Investimentos.
- (ii) Certificados de Depósitos Bancários no valor de R\$ 194.892 (R\$ 111.927 em 31 de dezembro de 2020) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.
- (iii) Referente aos investimentos recebidos através das transações de IPO derivadas da XPAC Acquisition Corp. O uso desses fundos é restrito e só podem ser usados para fins de conclusão de uma combinação de negócios inicial ou resgate de ações públicas, conforme estabelecido no contrato fiduciário da XPAC Acquisition Corp.
- (iv) Refere-se principalmente a títulos emitidos e negociados no exterior.

b) Instrumentos financeiros ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são apresentados na tabela a seguir

	2021		2020	
	Custo	Valor Justo (i)	Custo	Valor Justo (i)
Ativos financeiros				
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos do Governo Brasileiro ⁽ⁱ⁾	32.725.011	31.868.878	19.011.499	19.039.044
Títulos do Exterior	458.755	463.499	-	-
Total	33.183.766	32.332.377	19.011.499	19.039.044

- (i) Inclui perdas esperadas no montante de R\$ 7.527 (R\$ 8.855 em 31 de dezembro de 2020). A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada são apresentadas na Nota 14.

c) Instrumentos financeiros ativos avaliados ao custo amortizado são apresentados na tabela a seguir:

	2021		2020	
	Custo	Valor Justo (i)	Custo	Valor Justo (i)
Ativos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado				
Títulos do Exterior (i)	1.871.273	1.868.776	1.829.791	1.828.704
Cédula de Produtor Rural	328.638	328.638	-	-
Debêntures	41.393	41.393	-	-
Total	2.241.304	2.238.807	1.829.791	1.828.704

- (ii) Inclui perdas esperadas no montante de R\$ 2.497 (R\$ 1.087 em 31 de dezembro de 2020). A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada são apresentadas na Nota 14.
- d) Instrumentos financeiros passivos classificados como ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	2021		2020	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos de ações	2.146.398	2.146.398	2.237.442	2.237.442

- e) Instrumentos financeiros passivos designados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

Em 6 de maio de 2021, a XP Investimentos emitiu debêntures não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 500.018, com o objetivo de financiar o capital de giro do Grupo para a construção de nossa nova sede da "Vila XP" em São Roque, São Paulo e designou este instrumento como valor justo por meio do resultado de forma a alinhá-lo com a gestão de risco e estratégia de investimentos do Grupo. O valor do principal vence em 10 de abril de 2036. Os juros vencem mensalmente a partir da data de emissão e são calculados com base na variação do IPCA acrescido de 5% a.a.

	2021		2020	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Passivo financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Debêntures	536.881	518.804	-	-

Os ganhos/(perdas) não realizados devido ao risco de crédito próprio para passivos para os quais a opção de valor justo foi escolhida são registrados em outros resultados abrangentes. O ganho / (perda) por risco de crédito próprio não foi relevante no período findo em 31 de dezembro de 2021.

Determinação do risco de crédito próprio para itens para os quais a opção de valor justo foi eleita

O risco de crédito da própria debênture é calculado como a diferença entre seu rendimento e sua taxa de referência para títulos federais brasileiros semelhantes.

- e.1) Diferença entre o valor justo agregado e o saldo principal contratual restante em aberto

A tabela a seguir reflete a diferença entre o valor justo agregado e o saldo principal contratual remanescente em 31 de dezembro de 2021 para os instrumentos para os quais a opção de valor justo foi escolhida

	2021		
	Principal contratual em aberto	Valor justo	Valor justo do principal contratado
Dívida de Longo Prazo			
Debêntures	536.881	518.804	(18.077)

- f) Instrumentos financeiros classificados por vencimento:

	Ativos		Passivos	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes				
Circulante	47.431.624	34.572.107	2.146.398	2.237.442
Sem vencimento	31.425.792	15.246.105	2.146.398	2.237.442

Até 3 meses	4.556.261	794.025	-	-
De 3 a 12 meses	11.449.571	18.531.977	-	-
Não Circulante	43.088.235	34.065.805	518.804	-
Acima de 12 meses	43.088.235	34.065.805	518.804	-
Avaliados ao custo amortizado				
Circulante	1.891.889	1.829.791	-	-
Até 3 meses	1.698.760	1.623.487	-	-
De 3 a 12 meses	193.129	206.304	-	-
Não Circulante	349.415	-	-	-
Acima de 12 meses	349.415	-	-	-
Total	92.761.163	70.467.703	2.665.202	2.237.442

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada em títulos e valores mobiliários de acordo com o IFRS 9 foi demonstrada na Nota 14.

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza os instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições globais de taxas de câmbio, taxas de juros e preço das ações.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, termo, opções e swaps, é apurado de acordo com os seguintes critérios:

- Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume posição de compra em um indexador e posição de venda em outro.
- Contratos a termo - Ao valor de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar pré-fixadas em data futura, ajustadas a valor presente, com base nas taxas de mercado publicadas na B3.
- Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou taxa definido e pode haver uma liquidação financeira ou por meio da entrega do ativo. As liquidações são realizadas diariamente com base na variação de preços do instrumento.
- Opções - contratos de opção oferecem ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção

As posições com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas abaixo:

	2021			
	Ativos		Passivos	
	Valor justo	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência
Opções	6.570.325	371.849.357	8.112.055	311.295.196
Swaps	2.577.311	75.380.631	2.561.327	82.520.691
Contratos a termo	1.601.167	88.107.328	1.057.426	44.968.097
Futuros	194.911	11.932.285	157.710	13.041.450
Outros (i)	-	-	19.665	84.184
Total	10.943.714	547.269.601	11.908.183	451.909.618
	2020			
	Ativos		Passivos	
	Valor justo	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência

Opções	6.298.358	681.464.674	6.735.478	614.741.256
Swaps	777.816	5.578.227	870.393	6.143.671
Contratos a termo	456.724	2.905.411	200.272	3.035.011
Futuros	26.535	43.100.609	13.221	44.981.642
Total	7.559.433	733.048.921	7.819.364	668.901.580

(i) Referentes ao passivo de garantias públicas derivadas da XPAC Acquisition Corp.

Segue abaixo a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo) por tipo de instrumento, valor justo declarado e por vencimento:

	2021				
	Valor justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos					
Swap	2.577.311	14	73.016	259.300	2.244.995
Contratos a termo	1.601.167	16	404.764	216.895	979.508
Futuros	194.910	2	21.891	3.275	169.745
Opções	6.570.326	68	1.474.816	2.281.088	2.814.421
Total	10.943.714	100	1.974.487	2.760.558	6.208.669
Passivos					
Opções	8.112.055	69	1.941.553	1.937.725	4.232.777
Contratos a termo	1.057.426	18	62.935	68.398	926.093
Futuros	157.710	10	6	4.814	152.890
Swaps	2.561.327	3	113.754	240.005	2.207.568
Outros (i)	19.665	-	19.665	-	-
Total	11.908.183	100	2.137.913	2.250.942	7.519.328

(ii) Referentes ao passivo de garantias públicas derivadas da XPAC Acquisition Corp.

	2020				
	Valor justo	%	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
Ativos					
Swaps	777.816	10	35.241	206.921	535.654
Contratos a termo	456.724	6	230.862	201.324	24.538
Futuros	26.535	1	26.535	-	-
Opções	6.298.358	83	2.327.062	2.351.285	1.620.011
Total	7.559.433	100	2.619.700	2.759.530	2.180.203
Passivos					
Opções	6.735.478	87	2.152.890	2.378.689	2.203.899
Contratos a termo	200.272	2	133.679	49.102	17.491
Futuros	13.221	1	542	1.742	10.937
Swaps	870.393	10	99.249	213.532	557.612
Total	7.819.364	100	2.386.360	2.643.065	2.789.939

Instrumentos financeiros derivativos por indexador:

	2021		2020	
	Valor de Referência	Valor Justo	Valor de Referência	Valor justo
Swaps				

<i>Ativos</i>				
Juros	66.123.491	1.799.953	5.014.934	776.215
Moeda estrangeira	1.978.886	16.013	563.293	1.601
Ações	7.278.254	761.345	-	-
<i>Passivos</i>				
Juros	75.207.636	(2.461.848)	6.143.671	(870.393)
Moeda estrangeira	5.888.850	(28.509)	-	-
Ações	1.424.205	(70.970)	-	-
Contratos a termo				
<i>Ativos</i>				
Moeda estrangeira	81.544.253	282.775	2.546.940	98.253
Ações	4.603.031	412.097	325.519	325.519
Juros	906.295	906.295	32.952	32.952
Commodities	1.053.749	-	-	-
<i>Passivos</i>				
Moeda estrangeira	42.367.576	(139.642)	3.002.067	(167.328)
Interest	906.302	(906.302)	32.944	(32.944)
Ações	11.482	(11.482)	-	-
Commodities	1.682.737	-	-	-
Futuros				
<i>Ativos</i>				
Moeda estrangeira	155.487	194.911	-	-
Juros	11.629.715	-	43.100.609	26.535
Ações	147.083	-	-	-
<i>Passivos</i>				
Juros	12.188.922	(157.710)	44.981.642	(13.221)
Moeda estrangeira	705.334	-	-	-
Ações	147.083	-	-	-
Commodities	111	-	-	-
Opções				
<i>Posição de compra</i>				
Moeda estrangeira	25.973.934	2.248.675	-	-
Ações	72.883.420	3.146.174	5.827.205	1.074.507
Juros	272.987.997	1.160.526	675.637.469	5.223.851
Commodities	4.006	14.950	-	-
<i>Posição de venda</i>				
Moeda estrangeira	24.541.428	(3.080.095)	-	-
Ações	13.690.202	(2.788.089)	9.229.113	(945.828)
Commodities	680.404	(113.875)	-	-
Juros	272.383.162	(2.129.996)	605.512.143	(5.789.650)
Outros				
<i>Passivos</i>				
Juros	84.184	(19.665)	-	-
<i>Ativos</i>				
		10.943.714	7.559.433	
<i>Passivos</i>				
		(11.908.183)	(7.819.364)	
Valor líquido		(964.469)		(259.931)

9. Hedge Contábil

O Grupo possui dois tipos de relações de hedge: hedge de investimento líquido em operações estrangeiras e hedge de valor justo. Para fins contábeis de hedge, os fatores de risco medidos pelo Grupo são:

- Taxa de Juros: Risco de volatilidade nas transações sujeitas a variações de taxas de juros;
- Moeda: Risco de volatilidade nas transações sujeitas à variação cambial.

A estrutura dos limites de risco é estendida ao nível do fator de risco, onde limites específicos visam melhorar os processos de monitoramento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas projetadas para categorias de taxa de juros e câmbio levando em conta o risco total quando há instrumentos de cobertura compatíveis. Em certos casos, a administração pode decidir cobrir um risco para o termo fator de risco e limite do instrumento de cobertura.

a) Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior

Em 31 de dezembro de 2021, o objetivo do Grupo era proteger o risco gerado pela variação do dólar dos investimentos na XP Holding International LLC e XP Advisory US, nos EUA.

O Grupo contrata operações de derivativos para se proteger das mudanças da variação cambial de investimentos líquidos em operações no exterior, conhecidos como Non Deliverable Forward ("NDF").

O Grupo realiza a gestão de risco por meio da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e o item protegido, nos quais se espera que esses instrumentos se movam em direções opostas, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Estratégia	Objetivo de Hedge			Instrumento de Hedge	
	Valor contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Valor Nominal	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos			
2021					
Risco Cambial					
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	310.069	-	19.474	440.022	(18.758)
2020					
Risco cambial					
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	245.986	-	52.299	349.218	(60.563)
2019					
Risco cambial					
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	186.412	-	5.946	248.896	(7.133)

b) Hedge de Valor justo

A estratégia de valor justo do Grupo consiste em cobertura da exposição à variação do valor justo no recebimento, pagamento de juros e variação cambial sobre ativos e passivos.

O grupo aplica hedges de valor justo da seguinte forma:

- Cobertura da exposição de títulos de Renda Fixa realizadas por meio de certificados de operações estruturadas. A estratégia de hedge de risco de mercado envolve evitar flutuações temporárias nos ganhos decorrentes de

mudanças no mercado de taxas de juros da moeda brasileira. Uma vez compensado esse risco, o Grupo busca indexar a carteira ao CDI, por meio do uso de derivativos (D11 Futuro).

O hedge é contratado com o objetivo de neutralizar a exposição total ao risco de mercado da carteira de financiamento de renda fixa, excluindo a parcela da remuneração de renda fixa representada pelo spread de crédito do Banco XP S.A, buscando obter os prazos e volumes mais próximos possíveis.

- Hedge para proteger a mudança no valor justo do risco cambial do componente de fluxos de caixa futuros decorrentes do título XP Inc emitido (passivo financeiro) reconhecido no balanço da XP Inc em julho de 2021 por contratação de derivativos (D11 Futuro).

Os efeitos do *hedge* contábil na posição financeira e na performance do Grupo são apresentados abaixo:

Estratégia	Valor contábil		Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	
	Ativo	Passivo	Varição no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Valor nominal	Varição no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
2021					
Risco de taxa de juros					
Hedge de títulos de renda fixa	-	9.264.330	506.190	9.297.999	(495.191)
2020					
Risco de taxa de juros					
Hedge de títulos de renda fixa	-	2.178.459	(47.923)	2.188.732	46.795

A inefetividade do hedge reconhecida na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Instrumentos de Hedge	Valor contábil (i)			Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge reconhecida no resultado (ii)
	Valor nominal	Ativos	Passivos		
2021					
Risco Taxa de juros					
Contratos futuros	8.861.195	-	8.830.343	(491.649)	10.995
Risco de Cambial					
Contratos futuros	876.826	310.069	433.987	(22.300)	720
2020					
Risco Taxa de Juros					
Contratos futuros	2.188.732	-	2.178.459	46.795	(1.128)

(i) Valores registrados na linha de balanço "Instrumentos financeiros derivativos". Vide nota 8.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e os ajustes ao valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge:

	2021	2020	2019
--	------	------	------

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge			Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge		
	Valor nominal	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Valor nominal	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Valor nominal	Ajustes ao valor justo	Valor contábil	Valor nominal	Ajustes ao valor justo	Valor contábil
Hedge de Valor Justo	9.297.999	(495.191)	506.190	2.188.732	(47.923)	46.795	-	-	-	-	-	-
Hedge de Investimento líquido no exterior	440.022	(18.758)	19.474	349.218	(60.563)	52.299	248.896	5.946	(7.133)	248.896	5.946	(7.133)
Total	9.738.021	(513.949)	525.664	2.537.950	(108.486)	99.094	248.896	5.946	(7.133)	248.896	5.946	(7.133)

A tabela abaixo apresenta a abertura por prazo de vencimento das estratégias de hedge:

Estratégias							2021
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Total
Hedge de Valor Justo	136.636	276.219	478.745	972.199	4.510.125	2.924.075	9.297.999
Hedge de Investimento líquido no exterior	384.217	-	-	55.805	-	-	440.022
Total	520.853	276.219	478.745	1.028.004	4.510.125	2.924.075	9.738.021

Estratégias							2020
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Total
Hedge de Valor Justo	1.977	13.375	94.099	44.843	672.978	1.361.460	2.188.732
Hedge de Investimento líquido no exterior	-	-	146.547	202.671	-	-	349.218
Total	1.977	13.375	240.646	247.514	672.978	1.361.460	2.537.950

Estratégias							2019
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Total
Hedge de Investimento líquido no exterior	7.658	-	-	91.698	149.540	-	248.896
Total	7.658	-	-	91.698	149.540	-	248.896

10. Operações de Crédito

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de operações de crédito por classe, setor do devedor, vencimento e concentração:

Empréstimos por modalidade	2021	2020
Empréstimos com garantias financeiras		
Pessoa física	7.296.172	2.698.018
Pessoa jurídica	1.887.649	946.008
Cartão de crédito	2.605.598	51.270
Empréstimos sem garantias financeiras		
Pessoa física	117.032	116.978
Pessoa jurídica	937.586	113.155
Total operações de crédito	12.844.037	3.925.429

Provisão para perdas esperadas (nota 14 (b))	(24.410)	(7.101)
Total	12.819.627	3.918.328
Por vencimento	2021	2020
A vencer em até 3 meses	2.539.387	160.918
A vencer entre 3 e 12 meses	2.081.563	580.183
A vencer após 12 meses	8.223.087	3.184.328
Total das operações de crédito	12.844.037	3.925.429
Por concentração	2021	2020
Maior devedor	227.229	150.040
10 maiores devedores	1.162.802	726.904
20 maiores devedores	1.721.591	1.043.583
50 maiores devedores	2.793.814	1.521.310
100 maiores devedores	3.899.644	1.885.614

Os produtos de empréstimo oferecidos aos seus clientes por meio do Banco XP são totalmente garantidos pelos investimentos dos clientes na plataforma XP e produto de crédito estritamente relacionado aos investimentos em certificados de operações estruturadas, em que o tomador é capaz de operar alavancado, mantendo a própria nota estruturada como garantia do empréstimo.

Certas operações de crédito originadas pelo crédito colateralizado possuem risco insignificante de perda, o que resultou em nenhuma perda de crédito esperada sendo reconhecida de acordo com o modelo de perda de crédito esperada do Grupo em 31 de dezembro de 2020 para ativos financeiros com valor contábil de R\$ 297.443. Em 31 de dezembro de 2021, as perdas de crédito esperadas foram reconhecidas em relação a todos os ativos financeiros.

A reconciliação do valor contábil bruto e a perda de crédito esperada em operações de crédito segregada por estágio de acordo com o IFRS 9 foi demonstrada na Nota 14. Essas etapas são reavaliadas periodicamente de acordo com a política de risco de crédito da XP Inc.

11. Contas a Receber

	2021	2020
Clientes (a)	419.532	455.253
Dividendos e JCP a receber - Fundos	3.593	6.393
Outros (b)	52.492	51.131
(-) Provisão para perda esperada (Nota 14(b))	(6.531)	(6.418)
Total	469.086	506.359

(a) Referem-se a valores a receber de remuneração por distribuição de fundos e valores a receber pela gestão de fundos efetuados pela XP Gestão além de valores a receber referente à prestação de serviços, os quais possuem prazo médio de realização de 30 dias. Não existe concentração nos saldos a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(b) Principalmente relacionado a contas a receber da B3.

A reconciliação do valor bruto e a perda de crédito esperada em Contas a receber segregadas por etapa de acordo com o IFRS 9 está incluída na Nota 14.

12. Impostos e contribuições a compensar

	2021	2020
Pagamentos antecipados de imposto de renda (IRPJ e CSLL)	146.636	122.070
Impostos sobre receita (PIS e COFINS)	5.654	3.993
Outros impostos e contribuições a compensar (i)	1.026	1.560
Total	153.316	127.623

Circulante	153.316	127.623
Não circulante	-	-

- (i) O montante se refere a ISS de R\$ 1.002 (2020 – R\$ 979), Impostos sobre Valor Adicionado – VAT em 2020 de R\$ 581 e INSS de R\$ 24 (zero em 2020).

13. Despesas antecipadas

	2021	2020
Comissões e prêmios pagos antecipadamente (a)	3.737.354	1.314.771
Despesas de <i>marketing</i>	28.147	28.056
Serviços pagos antecipadamente	41.990	6.245
Outras despesas pagas antecipadamente	175.259	44.465
Total	3.982.750	1.393.537
Circulante	251.973	283.183
Não Circulante	3.730.777	1.110.354

- (i) Composto principalmente por programas de investimento de longo prazo implementados pela XP CCTVM por meio de sua rede de AAls. Essas comissões e prêmios pagos são reconhecidos na data de assinatura de cada contrato e são amortizados no resultado da Companhia, de forma linear, de acordo com o prazo do investimento.

14. Perdas esperadas em ativos financeiros e reconciliação do valor contábil bruto

a) Reconciliação do valor contábil bruto dos ativos financeiros

Segue apresentada a seguir a reconciliação por estágios do valor contábil bruto dos Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - que têm suas ECLs (perdas esperadas de crédito) mensuradas no modelo de três estágios e na abordagem simplificada.

Estágio 1	Balanco em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	19.047.899	13.292.005	-	-	-	-	32.339.904
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	1.829.791	411.513	-	-	-	-	2.241.304
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.627.779	2.269.321	-	-	-	-	8.897.100
Operações de Crédito	3.599.808	9.013.279	(667.692)	(3.494)	211.648	-	12.153.549
Total exposição on-balance	31.105.277	24.986.118	(667.692)	(3.494)	211.648	-	55.631.857
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	1.334.467	(59.408)	(5)	32.932	-	1.307.986
Total de exposições	31.105.277	26.320.585	(727.100)	(3.499)	244.580	-	56.939.843

Estágio 2	Balanco em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	325.621	(94.671)	(211.648)	-	667.692	-	686.994
Total exposição on-balance	325.621	(94.671)	(211.648)	-	667.692	-	686.994

Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	35.810	(2.878)	(32.932)	-	59.408	-	59.408
Total de exposições	361.431	(97.549)	(244.580)	-	727.100	-	746.402

Estágio 3	Balanco em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	-	-	-	3.494	-	3.494
Total exposição on-balance	-	-	-	-	3.494	-	3.494
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	-	-	5	-	5
Total de exposições	-	-	-	-	3.499	-	3.499

Estágios consolidados	Balanco em 31 de dezembro de 2020	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	19.047.899	-	13.292.005	32.339.904
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	1.829.791	-	411.513	2.241.304
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.627.779	-	2.269.321	8.897.100
Operações de Crédito	3.925.429	-	8.918.608	12.844.037
Total exposição on-balance	31.430.898	-	24.891.447	56.322.345
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	35.810	-	1.331.589	1.367.399
Total de exposições	31.466.708	-	26.223.036	57.689.744

Estágio 1	Balanco em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	2.616.118	16.431.781	-	-	-	-	19.047.899
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	2.266.971	(437.180)	-	-	-	-	1.829.791
Aplicação interfinanceira de liquidez	9.490.090	(2.862.311)	-	-	-	-	6.627.779
Operações de Crédito	-	3.599.808	-	-	-	-	3.599.808
Total exposição on-balance	14.373.179	16.732.098	-	-	-	-	31.105.277
Total de exposições	14.373.179	16.732.098	-	-	-	-	31.105.277

Estágio 2	Balanco em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
-----------	-----------------------------------	--------------------------	----------------------------	----------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------------------

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Operações de crédito	-	325.621	-	-	-	325.621
Total exposição on-balance	-	325.621	-	-	-	325.621
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	35.810	-	-	-	35.810
Total de exposições	-	361.431	-	-	-	361.431

Estágios consolidados	Balanco em 31 de dezembro de 2019	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.616.118	-	16.431.781	19.047.899
Títulos e valores mobiliários				
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	2.266.971	-	(437.180)	1.829.791
Títulos e valores mobiliários	9.490.090	-	(2.862.311)	6.627.779
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	3.925.429	3.925.429
Operações de Crédito				
Total exposição on-balance	14.373.179	-	17.057.719	31.430.898
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	-	35.810
Total de exposições	14.373.179	-	17.057.719	31.466.708

Para 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP não possui ativos financeiros classificados como Estágio 3.

A tabela a seguir apresenta o valor contábil bruto dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que têm suas ECLs mensuradas usando a abordagem simplificada:

Natureza	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	1.487.639	1.107.051
Contas a receber	475.617	512.777
Outros ativos financeiros	511.181	73.466
Total	2.474.437	1.693.294

b) Perda de crédito esperada

A tabela a seguir apresenta a evolução das ECLs, mensuradas em modelo de três estágios, para ativos classificados como Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes - e Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, segregados por estágios:

Estágio 1	ECL em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos e valores mobiliários	8.855	(1.328)	-	-	-	-	7.527
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	1.087	1.410	-	-	-	-	2.497
Aplicação interfinanceira de liquidez	370	2.199	-	-	-	-	2.569

Operações de Crédito	5.648	17.207	(6.926)	(2.197)	225	-	13.957
Total exposição on-balance	15.960	19.488	(6.926)	(2.197)	225	-	26.550
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	1.014	(288)	-	-	-	726
Total de exposições	15.960	20.502	(7.214)	(2.197)	225	-	27.276

Estágio 2	ECL em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	1.453	(912)	(225)	-	6.926	-	7.242
Total exposição on-balance	1.453	(912)	(225)	-	6.926	-	7.242
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	-	-	288	-	288
Total de exposições	1.453	(912)	(225)	-	7.214	-	7.530

Estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2020	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Cura do estágio 1	Cura do estágio 2	ECL em 31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	-	-	-	2.197	-	2.197
Total exposição on-balance	-	-	-	-	2.197	-	2.197
Total de exposições	-	-	-	-	2.197	-	2.197

Estágios consolidados	Balanco em 31 de dezembro de 2020	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	8.855	-	(1.328)	7.527
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	1.087	-	1.410	2.497
Aplicação interfinanceira de liquidez	370	-	2.199	2.569
Operações de Crédito	7.101	-	16.295	23.396
Total exposição on-balance	17.413	-	18.576	35.989
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	-	-	1.014	1.014
Total de exposições	17.413	-	19.590	37.003

Estágio 1	ECL em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 2	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							

Títulos e valores mobiliários	-	8.855	-	-	-	-	8.855
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Títulos e valores mobiliários	-	1.087	-	-	-	-	1.087
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	370	-	-	-	-	370
Operações de Crédito	2	5.646	-	-	-	-	5.648
Total exposição on-balance	2	15.958	-	-	-	-	15.960
Total de exposições	2	15.958	-	-	-	-	15.960

Estágio 2	ECL em 31 de dezembro de 2019	Aquisição / (Liquidação)	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Cura do estágio 1	Cura do estágio 3	ECL em 31 de dezembro de 2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Operações de crédito	-	1.453	-	-	-	-	1.453
Total exposição on-balance	-	1.453	-	-	-	-	1.453
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	1.453	-	-	-	-	1.453
Total de exposições	-	1.453	-	-	-	-	1.453

Estágios consolidados	Balanço em 31 de dezembro de 2019	Desreconhecimento	Compra / (Liquidação)	Saldo final em 31 de dezembro de 2020
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.855	8.855
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.087	1.087
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	370	370
Operações de Crédito	2	-	7.099	7.101
Total exposição on-balance	2	-	17.411	17.413
Total de exposições	2	-	17.411	17.413

A tabela a seguir apresenta as ECLs para os ativos financeiros mensurados de acordo com a abordagem simplificada no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Perdas de crédito esperadas	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	81.988	55.485
Rendas a receber	6.531	6.418
Outros ativos financeiros	49.666	3.312
Total	138.185	65.215

c) Perdas de crédito esperadas segregadas por produtos

A seguir, são apresentadas as perdas de crédito esperadas para 2021 e 2020, segregadas pelos produtos:

Perdas de crédito esperadas	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos e Valores Mobiliários	7.527	8.855
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	166.647	73.773
Títulos e Valores Mobiliários	2.497	1.087
Aplicação interfinanceira de liquidez	2.569	370

Operações de crédito	23.396	7.101
Negociação e Intermediação de Valores	81.988	55.485
Rendas a receber	6.531	6.418
Outros ativos financeiros	49.666	3.312
Total de perdas esperadas	174.174	82.628
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	1.014	-
Total de exposições	175.188	82.628

15. Investimentos

A seguir são apresentadas as coligadas e joint ventures do Grupo em de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Empresa	2020	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Ágio (i)	2021
Método de equivalência patrimonial						
Coligadas (ii.a)	697.924	33.036	(5.862)	(20.641)	86.287	790.744
Joint ventures (ii.b)	1.983	-	(1.848)	1.062	-	1.197
Mensuradas a valor justo						
Coligadas (iii)	-	1.174.133	47.291	-	-	1.221.424
Total	699.907	1.207.169	39.581	(19.579)	86.287	2.013.365
Empresa	2019	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Ágio (i)	2020
Coligadas (ii.a)	-	75.093	1.639	(56)	621.248	697.924
Joint ventures (ii.b)	-	2.335	(777)	17	408	1.983
Total	-	77.428	862	(39)	621.656	699.907

- (i) Relacionado a aquisições de coligadas e joint ventures. O ágio reconhecido inclui o valor das sinergias esperadas decorrentes dos investimentos e inclui um elemento de contraprestação contingente.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, incluem as participações no capital votante e total das seguintes empresas: (a) Coligadas - Wealth High Governance Holding de Participações SA (49,9% do capital total e votante em 31 de dezembro 2021 e 2020); O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações Ltda. (29,3% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2021 e 20% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2020) e NK112 Empreendimentos e Participações S.A. (49,9% do capital total e votante em 31 dezembro de 2021); (b) Joint ventures - Du Agro Holdings S.A. (49% do capital total e votante em 31 de dezembro de 2021 e 2020).
- (iii) Conforme mencionado na Nota 2 (iv) e Nota 5 (c) (b), o Grupo mensura os investimentos realizados através do XP FIP Managers a valor justo. O valor justo dos investimentos é apresentado na demonstração do resultado como resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado.

16. Imobilizado de uso, intangível e arrendamento mercantil

(a) Imobilizado de uso

	Sistema de proc. de dados	Móveis e equip.	Sistemas de segurança	Instalações	Imob. Em curso	Veículos	Total
Saldos em 01.01.2019	28.771	21.641	2.553	46.162	-	-	99.127
Adições	15.039	9.942	664	22.315	24.539	-	72.499
Alienações/Baixas	(304)	(2.047)	-	(6.112)	-	-	(8.463)
Transferências	-	2.409	-	22.130	(24.539)	-	-
Depreciações	(9.059)	(4.189)	(1.673)	(5.778)	-	-	(20.699)
Saldos em 31.12.2019	34.447	27.756	1.544	78.717	-	-	142.464
Custo	62.235	38.086	7.716	84.726	-	-	192.763

Depreciação acumulada	(27.788)	(10.330)	(6.172)	(6.009)	-	-	(50.299)
Saldos em 01.01.2020	34.447	27.756	1.544	78.717	-	-	142.464
Adições	15.457	5.539	1.239	2.650	120.279	-	145.164
Alienações/Baixas	(2.432)	(6.191)	(535)	(41.376)	(963)	-	(51.497)
Transferências	(2.411)	516	(820)	14.279	(17.706)	-	(6.142)
Depreciações	(11.179)	(5.004)	(425)	(9.349)	-	-	(25.957)
Saldos em 31.12.2020	33.882	22.616	1.003	44.921	101.610	-	204.032
Custo	53.871	32.592	2.158	54.890	101.610	-	245.121
Depreciação acumulada	(19.989)	(9.976)	(1.155)	(9.969)	-	-	(41.089)
Saldos em 01.01.2021	33.882	22.616	1.003	44.921	101.610	-	204.032
Adições	37.469	93	229	4	63.250	34.399	135.444
Alienações/Baixas	(298)	(728)	(170)	(375)	(729)	-	(2.300)
Transferências	5	(15)	15	-	-	-	5
Variação cambial	(31)	245	(327)	3	-	-	(110)
Depreciações	(13.096)	(3.990)	(60)	(5.353)	(35)	(573)	(23.107)
Saldos em 31.12.2021	57.931	18.221	690	39.200	164.096	33.826	313.964
Custo	89.376	31.813	1.584	54.535	164.096	34.399	375.803
Depreciação acumulada	(31.445)	(13.592)	(894)	(15.335)	-	(573)	(61.839)

(b) Intangível

	Software	Intangível desenv. internamente	Ágio	Lista de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Saldos em 01.01.2019	38.771	382.500	41.544	19.223	22.877	504.915
Adições	51.348	-	27.000	-	10.601	88.949
Alienações/Baixas	(2.283)	-	-	(33)	(466)	(2.782)
Amortizações	(21.526)	-	(7.945)	(2.702)	(5.457)	(37.630)
Saldos em 31.12.2019	66.310	382.500	60.599	16.488	27.555	553.452
Custo	104.270	382.500	105.977	22.239	39.823	654.809
Amortização acumulada	(37.960)	-	(45.378)	(5.751)	(12.268)	(101.357)
Saldos em 01.01.2020	66.310	382.500	60.599	16.488	27.555	553.452
Adições	117.129	-	1.188	-	28.051	146.368
Combinação de negócios (Nota 5(ii))	8.143	91.866	2.181	3.314	-	105.504
Alienações/Baixas	(22.064)	-	-	-	-	(22.064)
Transferências	2.857	-	-	-	3.285	6.142
Amortizações	(57.222)	-	(5.683)	(9.054)	(3.881)	(75.840)
Saldos em 31.12.2020	115.153	474.366	58.285	10.748	55.010	713.562
Custo	219.029	474.366	76.050	52.616	55.010	877.071
Amortização acumulada	(103.876)	-	(17.765)	(41.868)	-	(163.509)
Saldos em 01.01.2021	115.153	474.366	58.285	10.748	55.010	713.562
Adições	146.761	-	40.000	-	30.808	217.569
Combinação de negócios (Nota 5(ii))	1.734	68.379	-	485	-	70.598
Alienações/Baixas	(13.536)	-	-	(1.000)	(2.675)	(17.211)
Transferências	51.994	-	-	485	(52.484)	(5)
Variação cambial	(971)	-	-	341	204	(426)
Amortizações	(148.803)	-	(5.796)	(8.492)	(21)	(163.112)
Saldos em 31.12.2021	152.332	542.745	92.489	2.567	30.842	820.975
Custo	303.724	542.745	116.050	88.877	30.918	1.082.314
Amortização acumulada	(151.392)	-	(23.561)	(86.310)	(76)	(261.339)

(c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

Dada a interdependência dos fluxos de caixa e a fusão de práticas de negócios, todas as entidades do Grupo são consideradas uma única unidade geradora de caixa ("UGC") e, portanto, o teste de redução ao valor recuperável do ágio é

realizado em nível operacional único. Portanto, o valor contábil considerado para o teste de redução ao valor recuperável representa o patrimônio da Companhia.

O Grupo testa se o ágio sofreu alguma deterioração anualmente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor recuperável da UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem o uso de premissas. Os cálculos usam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração, cobrindo um período de quatro anos.

Os fluxos de caixa além do período de quatro anos são extrapolados usando as taxas de crescimento estimadas, que são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor específico em que o Grupo opera.

O Grupo realizou seu teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o que não resultou na necessidade de reconhecer perdas no valor contábil do ágio.

As principais premissas usadas nos cálculos do valor em uso são:

Premissa	Abordagem utilizada para determinar valores
Vendas	Taxa média de crescimento anual no período de quatro anos previsto; com base no desempenho passado e nas expectativas em relação ao desenvolvimento de mercado.
Margem bruta orçada	Com base no desempenho passado e nas expectativas para o futuro.
Outros custos operacionais	Custos fixos, que não variam significativamente com os volumes ou preços de vendas. A administração prevê esses custos com base na estrutura atual do negócio, ajustando a aumentos inflacionários, mas sem refletir reestruturações futuras ou medidas de redução de custos.
Despesa anual de capital	Custos de caixa esperados. Experiência histórica da administração nas despesas planejadas de reforma. Nenhuma receita incremental ou economia de custos é assumida no modelo de valor em uso como resultado dessas despesas.
Taxa de crescimento a longo prazo	Taxa de crescimento média ponderada usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período orçamentário. As taxas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.
Taxas de desconto antes dos impostos	Reflete riscos específicos relacionados aos segmentos relevantes e aos países em que operam.

A taxa de crescimento de longo prazo utilizada no teste de redução do valor recuperável do ágio é de 6,50%.

As taxas de desconto representam a atual avaliação de mercado dos riscos específicos do Grupo, levando em consideração o valor temporal do dinheiro e os riscos dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto baseia-se nas circunstâncias do Grupo e deriva do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração a dívida e o patrimônio. O custo do patrimônio líquido é derivado do retorno esperado do investimento pelos investidores do Grupo. O custo da dívida é baseado nos empréstimos com juros do Grupo. Ajustes na taxa de desconto são feitos para levar em consideração o valor e o momento específicos dos fluxos fiscais futuros, a fim de refletir uma taxa de desconto antes dos impostos. A taxa média de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é 9,82% (10,47% em 31 de dezembro de 2020).

d) Arrendamento

A seguir, são apresentados os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento mercantil e as variações durante o período:

	Direito de uso	Arrendamento
Saldos em 1 de janeiro de 2020	227.478	255.406
Adições ⁽ⁱ⁾	62.003	55.820
Despesa de depreciação	(41.465)	-
Baixas	(78.321)	(78.321)
Despesa de juros	-	19.456
Reavaliação	(9.115)	(10.050)

Impairment	422	-
Variação cambial	22.132	23.610
Pagamento de obrigações de arrendamento mercantil	-	(57.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	183.134	208.448
Circulante	-	34.019
Não Circulante	183.134	174.429
Saldos em 1 de janeiro de 2021	183.134	208.448
Adições ⁽ⁱ⁾	116.248	116.248
Despesa de depreciação	(45.511)	-
Baixas	(856)	-
Despesa de juros	-	17.488
Reavaliação	25.305	24.234
Variação cambial	6.189	7.486
Pagamento de obrigações de arrendamento mercantil	-	(55.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	284.509	318.555
Circulante	-	71,925
Não Circulante	284,509	246,630

(i) As adições de ativos de direito de uso no período incluem pagamentos antecipados a arrendadores e passivos acumulados.

O Grupo reconheceu despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R\$ 1.021 para o período findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.910 - 31 de dezembro de 2020). A despesa total com aluguel de R\$17.795 (R\$ 9.615 - 31 de dezembro de 2020) incluem outras despesas relacionadas com escritórios alugados, como condomínio.

17. Instrumentos de dívida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações de financiamento (a)	20.122.206	5.216.599
Depósitos	9.898.630	3.021.751
Depósitos à vista	229.691	44.536
Depósitos a prazo	9.662.694	2.977.215
Depósitos interbancários	6.245	-
Letras financeiras	2.587.738	16.389
Certificados de operações estruturadas	7.635.838	2.178.459
Títulos de dívida emitidos (b)	4.306.880	335.250
Debêntures	169.094	-
Bonds	4.137.786	335.250
Total	24.429.086	5.551.849
Circulante	8.018.854	2.731.816
Não circulante	16.410.232	2.820.033

(a) Vencimento

31 de dezembro de 2021

Classe	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
--------	-------------	-----------------	-----------------	------------------	-------------------	---------------	-------

Depósito à vista	229.691	-	-	-	-	-	229.691
Depósito a prazo	751.676	520.694	712.092	3.231.965	2.341.770	2.104.497	9.662.694
Depósito interbancário	-	3.125	-	-	-	3.120	6.245
Letras financeiras	-	-	-	10.945	6.164	2.570.629	2.587.738
Certificados de operações estruturadas	1.510	3.940	5.428	9.120	21.640	7.594.200	7.635.838
Total	982.877	527.759	717.520	3.252.030	2.369.574	12.272.446	20.122.206

31 de dezembro de 2020

Classe	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Depósito à vista	44.536	-	-	-	-	-	44.536
Depósito a prazo	67.501	1.185	57.781	191.886	2.161.762	497.100	2.977.215
Letras financeiras	-	-	-	-	-	16.389	16.389
Certificados de operações estruturadas	-	-	-	945	1.489	2.176.025	2.178.459
Total	112.037	1.185	57.781	192.831	2.163.251	2.689.514	5.216.599

(b) Instrumentos de dívidas próprio

O saldo total é composto pelas seguintes emissões próprias:

	2021			2020		
	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Total
Nota Promissória (ii) Taxa Fixa	-	4.137.786	4.137.786	-	-	-
Debêntures (iii) Taxa Fixa / Taxa variável	169.094	-	169.094	204.731	130.519	335.250
Total	169.094	4.137.786	4.306.880	204.731	130.519	335.250
Circulante			169.094			204.731
Não Circulante			4.137.786			130.519

(i) Bonds XP Inc

Em 1º de julho de 2021, a XP Inc. concluiu a emissão de um bruto de US\$ 750 milhões de notas não fixas com receita líquida de US\$ 739 milhões (R\$ 3.697 milhões) com vencimento em 1º de julho de 2026 e juros à taxa de 3,250% ao ano e será garantido pela XP Investimentos S.A.

(i) Debêntures

O valor do principal e os juros acumulados relacionados à primeira emissão vencem na data de vencimento, enquanto na segunda emissão, 50% do valor principal vence em 15 de maio de 2022 e o saldo remanescente na data do vencimento, e juros acumulados a cada 12 meses a partir da data de emissão. A taxa anual é de 107,5% CDI com valor unitário no período findo de R\$ 505.680.

As emissões de debêntures contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (*financial covenants*), as quais estão em conformidade com as determinadas condições de performance, conforme nota 36 (ii).

(ii) Emissões pela XP Energia

a. Notas Promissórias

Em 9 de setembro de 2021, a XP Energia, subsidiária do grupo, emitiu a primeira nota promissória com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. O valor do principal é devido e pago na data de vencimento em 04 setembro de 2022, e a taxa de juros é o CDI + 3,5% taxa pré-fixada. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total é de R\$ 82.608, que é detido por entidades do Grupo e como tal não está incluído nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Debêntures

Em 8 de dezembro de 2021, a XP Energia emitiu Debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 90.000. A série de Debêntures tem limite máximo de emissão autorizado de até R\$ 1.000.000. O objetivo é financiar o capital de giro e os investimentos de tesouraria do Grupo relacionados ao negócio de comércio atacadista de eletricidade. O valor do principal é devido e será pago na data de vencimento de 8 de dezembro de 2023. A taxa de juros é CDI+2,5% pré-fixada pagável

anualmente. Em 31 de dezembro de 2021 o valor total é de R\$ 90.679, que é detido por entidades do Grupo e como tal não está incluído nas demonstrações financeiras consolidadas.

18. Negociação e intermediação de valores (ativos e passivos)

Os saldos estão representados por operações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por conta e ordem de terceiros, com ciclo operacional de liquidação entre D+1 e D+3.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e registro de liquidação	107.246	18.128
Devedores por liquidação pendente	1.380.393	1.088.923
(-) Perdas esperadas na negociação e intermediação de valores mobiliários (a)	<u>(81.988)</u>	<u>(55.485)</u>
Total do ativo	<u>1.405.651</u>	<u>1.051.566</u>
Caixa e registro de liquidação	365.700	59.712
Credores por liquidação pendente	15.231.855	20.243.409
Total do passivo	<u>15.597.555</u>	<u>20.303.121</u>

(i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada em negociação e intermediação de valores por estágio de acordo com a IFRS 9 foi demonstrada na Nota 14.

19. Empréstimos

	<u>Taxa de juros %</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos bancários (i)	113% do CDI (*)	Março 2021	-	10.523
Partes relacionadas			-	10.523
Instituição Financeira (iii)	0,813%	Maio 2022	1.651.871	-
Instituição Financeira (ii)	CDI (*) + 0,774%	Abril 2023	276.911	273.564
Terceiros			<u>1.928.782</u>	<u>273.564</u>
Total de empréstimos			<u>1.928.782</u>	<u>284.087</u>
Circulante			1.661.067	17.637
Não circulante			267.715	266.450

(*) Taxa interbancária brasileira (CDI)

(i) Contrato de empréstimo XP CCTVM com o Itaú Unibanco S.A. com vencimento em 8 de março de 2021, a ser pago em trinta e seis parcelas mensais.

(ii) Contrato de empréstimo XP Investimentos celebrado em 28 de março de 2018 com a International Finance Corporation (IFC). A amortização ocorrerá somente no vencimento e os juros são pagos a cada seis meses.

(iii) Contrato de empréstimo com Banco Nacional de México.

As obrigações por empréstimos contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (*financial covenants*), as quais estão em conformidade com as determinadas condições de performance, conforme nota 36(ii).

20. Outros ativos e passivos financeiros

a) Outros ativos financeiros

<u>2021</u>	<u>2020</u>
-------------	-------------

Carteira de câmbio	331.563	43.129
Valores a receber de agentes autônomos de investimento	177.895	27.377
Outros ativos financeiros	1.723	2.777
(-) Provisão para perda esperada em outros ativos financeiros (i)	(49.666)	(3.312)
Total	461.515	69.971

Circulante	331.563	43.129
Não-circulante	129.952	26.842

(i) A reconciliação do valor contábil bruto e a perda esperada de acordo com o IFRS 9 são apresentadas na Nota 14.

b) Outros passivos financeiros

	2021	2020
Carteira de câmbio	425.409	70.208
Financiamento estruturado (i)	2.415.400	874.771
Operações com cartões de crédito	2.522.833	50.727
Contraprestação contingente (ii)	743.443	462.000
Compromissos sujeitos a possível resgate (iii)	1.080.721	-
Passivo de arrendamento	318.555	208.448
Outros passivos financeiros	174.111	40.078
Total	7.680.472	1.706.232
Circulante	5.860.674	1.244.234
Não-circulante	1.819.798	462.000

- (i) Financiamento para manutenção de ativos financeiros necessários à realização de operações financeiras.
- (ii) Contraprestações contingentes contratuais principalmente associadas à aquisição de investimento (Nota 15). O prazo de pagamento da contraprestação contingente total é de até 6 anos e o valor máximo contratual a pagar é de R\$ 878.506 (o valor mínimo é zero). Em 31 de dezembro de 2021, o montante total inclui R\$ 216.666 de contraprestação contingente derivado das aquisições (Nota 5.ii.b).
- (iii) Relacionado à transação de IPO da XPAC Acquisition Corp. que ocorreu em 3 de agosto de 2021. O capital emitido pela XPAC Acquisition Corp. inclui ações ordinárias Classe A resgatáveis condicionalmente que apresentam direitos de resgate que estão sob o controle do titular ou sujeito a resgate na ocorrência de eventos incertos não exclusivamente sob o controle da Companhia. Os acionistas não controladores da XPAC Acquisition Corp. têm o direito de resgatar suas ações em dinheiro no máximo (i) após a conclusão da combinação de negócios inicial da XPAC Acquisition Corp ou (ii) 24 meses após o fechamento da transação IPO.

21. Obrigações sociais e estatutárias

As obrigações sociais e estatutárias são compostas principalmente pelo programa de compartilhamento do Grupo para seus funcionários, que não se estende à Diretoria Executiva. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ganhos não realizados no balanço patrimonial na rubrica "Obrigações sociais e estatutárias" é de R\$ 1.022.212 (R\$ 667.448 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Obrigações aos acionistas não controladores	106.648	82.524
Participação nos lucros dos empregados (i)	776.713	483.378
Salários e outros benefícios a pagar	138.851	101.546
Total	1.022.212	667.448

- (a) O Grupo possui um programa de bônus para seus funcionários, conforme acordado em negociação coletiva, que não se estende à Diretoria Executiva. A participação nos lucros definitiva é apurada semestralmente e os pagamentos efetuados nos meses de fevereiro e agosto.

22. Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRPJ e CSLL	273.395	261.490
Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo (a)	155.454	62.155
PIS e COFINS	32.140	46.136
ISS	23.260	23.729
INSS	20.318	12.291
Outros	45.084	30.048
Total	<u>549.651</u>	<u>435.849</u>
Circulante	549.651	435.849
Não circulante	-	-

(a) O montante classificado como impostos sobre plano de incentivo de longo prazo inclui contribuições ao FGTS e INSS.

O passivo de imposto de renda do Grupo é apresentado líquido de ativos fiscais que as entidades estão autorizadas a compensar durante o exercício corrente. A linha inclui IRPJ atual passivo de R\$ 610.265 (R\$ 536.422 - 2020) e Antecipação de IR de R\$ 538.809 (R\$ 291.973 - 2020). A linha também inclui impostos que a XP é responsável por pagar em nome de seus clientes (ou seja, impostos retidos na fonte sobre os investimentos do cliente) no valor de R\$ 17.561 (R\$ 20.219 - 2020).

23. Passivo de previdência privada

Em 31 de dezembro de 2021, os planos ativos são principalmente produtos PGBL e VGBL estruturados na forma de contribuição variável, com o objetivo de conceder aos participantes retornos com base no capital acumulado na forma de saques mensais para um determinado período.

Nesse sentido, esses produtos financeiros representam contratos de investimento que possuem a forma legal de planos de previdência privada, mas que não transferem risco de seguro para o Grupo. Portanto, as contribuições recebidas dos participantes são contabilizadas como passivos e o saldo consiste no saldo do participante no FIE vinculado na data do balanço (Nota 7 (a)).

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1 de janeiro	13.387.913	3.759.090
Contribuições recebidas	3.056.032	1.678.532
Portabilidade	16.854.605	7.657.636
Retiradas	(1.468.710)	(304 . 194)
Juros recebidos – FIE	91.560	596 . 849
Saldos em 31 de dezembro	<u>31.921.400</u>	<u>13 . 387.913</u>

24. Impostos

a) Impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são compostos pelos seguintes componentes principais:

	Balanço Patrimonial		Variação Líquida no período		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízos fiscais acumulados	108.138	7.382	100.756	(9.764)	(38.212)
Ágio em combinação de negócios (i)	12.429	22.838	(10.409)	535	(37.690)
Provisões para comissões de agentes e gratificações	76.974	94.544	(17.570)	26.503	37.010

Reavaliação de ativos financeiros ao valor justo	173.740	(16.780)	190.520	(42.039)	23.862
Perdas esperadas	43.931	19.444	24.487	13.778	2.587
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	260.865	164.808	96.057	23.672	141.136
Ganho com instrumentos de hedge	28.124	20.987	7.137	57.371	(34.943)
Remuneração baseada em ações	385.594	115.976	269.618	113.025	2.950
Outras provisões	154.340	67.495	86.845	34.211	42.301
Total	1.244.135	496.694	747.441	217.292	139.001
Ativo fiscal diferido	1.273.069	505.046			
Passivo fiscal diferido	(28.934)	(8.352)			

- (i) Para fins fiscais, o ágio é amortizado linearmente em 5 anos quando a entidade adquirida é vendida ou fundida em outra entidade.

As movimentações no imposto diferido líquido foram reconhecidas da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos em 1 de janeiro	496.694	279.401	140.400
Variações cambiais	(16.949)	6.373	(3.461)
Imposto diferido	387.551	196.498	139.411
Imposto referente a instrumentos financeiros de outros resultados abrangentes	376.839	14.422	3.051
Saldos em 31 de dezembro	1.244.135	496.694	279.401

Impostos diferidos não reconhecidos

Um ativo diferido é calculado sobre prejuízos fiscais quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. O Grupo não reconheceu ativos fiscais diferidos de R\$ 39.446 (R\$ 37.309 em 31 de dezembro de 2020) principalmente com relação a perdas de controladas no exterior e que podem ser compensados e utilizados contra lucros tributáveis futuros.

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social (CSLL)

O imposto sobre o lucro antes de impostos do Grupo difere do valor teórico que resultaria da taxa média ponderada de imposto aplicável aos lucros das entidades consolidadas. A seguir está uma reconciliação da despesa de imposto de renda com o lucro (prejuízo) do período, calculado pela aplicação das alíquotas legais combinadas de 34% para o período findo em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes dos impostos	3.815.174	2.421.413	1.544.109
Alíquotas de impostos combinadas no Brasil (a)	34,00%	34,00%	34,00%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	1.297.159	823.280	524.997
Rendimentos de entidades não sujeitas a tributação	554	(12.470)	(9.551)
Efeito do diferencial de alíquotas de entidades do grupo	146.377	35.377	25.948
Efeito de imposto das entidades optantes pelo lucro presumido (b)	(1.128.400)	(443.579)	(24.089)
Efeito de transações Intercompany com tributações distintas	(79.055)	(74.289)	(50.138)
Incentivos fiscais	(21.036)	(14.354)	(9.772)
Despesas não dedutíveis	25.216	49.640	33.854
Outros	(18.101)	(23.681)	(36.624)
Total	222.714	339.924	454.625
Alíquota efetiva	5,84%	14,04%	29,44%
Corrente	610.265	536.422	594.037
Diferido	(387.551)	(196.498)	(139.412)
Total	222.714	339.924	454.625

- (a) Considerando que a XP Inc. está domiciliada em Cayman e não há imposto de renda nessa jurisdição, a alíquota tributária combinada de 34% demonstrada acima é a alíquota atual aplicada à XP Investimentos S.A. que é a holding de todas as entidades operacionais da XP Inc. no Brasil.
- (b) Certas subsidiárias elegíveis adotaram o regime tributário de lucro presumido e o efeito nas subsidiárias representa a diferença entre a tributação com base nesse método e o valor que seria devido com base na taxa legal aplicada ao lucro tributável. Além disso, algumas entidades e fundos de investimento adotam diferentes regimes de tributação de acordo com as regras aplicáveis em suas jurisdições.

Outros resultados abrangentes

O crédito de imposto (cobrança) relacionado aos componentes de outros resultados abrangentes é o seguinte:

	<u>Antes dos Impostos</u>	<u>(Despesa) / Crédito</u>	<u>Depois dos impostos</u>
Varição no ajuste de conversão de investimento no exterior	6.823	-	6.823
Varição no ajuste do hedge de investimento no exterior	(10.543)	3.410	(7.133)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.057	(359)	698
31 de dezembro de 2019	(2.663)	3.051	388
Varição no ajuste de conversão de investimento no exterior	57.439	-	57.439
Varição no ajuste do hedge de investimento no exterior	(91.762)	31.199	(60.563)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	40.979	(16.776)	24.203
31 de dezembro de 2020	6.656	14.423	21.079
Varição no ajuste de conversão de investimento no exterior	20.978	-	20.978
Varição no ajuste do hedge de investimento no exterior	(29.701)	10.942	(18.759)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(914.914)	365.897	(549.017)
31 de dezembro de 2021	(923.637)	376.839	(546.798)

25. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

A Companhia possui um capital social autorizado de US \$ 35 mil, correspondendo a 3.500.000.000 ações autorizadas com um valor nominal de US \$ 0,00001 cada uma das quais:

- 2.000.000.000 de ações são designadas como ações ordinárias Classe A e emitidas; e
- 1.000.000.000 de ações são designadas como ações ordinárias Classe B e emitidas.

As restantes 500.000.000 de ações autorizadas, mas não emitidas, atualmente não são designadas e podem ser emitidas por nosso conselho de administração como ações ordinárias de qualquer classe ou como ações preferenciais, diferidas ou outros direitos ou restrições especiais. Dessa forma, a Companhia está autorizada a aumentar o capital até esse limite, sujeito à aprovação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$23 mil de capital emitido representado por 424.153.735 ações ordinárias classe A e 135.394.989 ações ordinárias classe B.

(b) Capital integralizado adicional e reservas de capital

As ações ordinárias Classe A e Classe B têm os seguintes direitos:

- Cada detentor de uma ação ordinária Classe B tem direito, em relação a tal ação, a 10 votos por ação, enquanto o detentor de uma ação ordinária Classe A tem direito, em relação a tal ação, a um voto por ação.
- Cada titular de ações ordinárias Classe A e ações ordinárias Classe B votam juntos como uma única classe em todos os assuntos (incluindo a eleição de diretores) submetidos à votação dos acionistas, exceto conforme disposto abaixo e conforme exigido por lei.
- As autorizações de classe dos detentores de ações ordinárias de classe A e ações ordinárias de classe B, conforme aplicável, serão exigidas para quaisquer modificações nos direitos inerentes às suas respectivas classes de ações; os direitos conferidos aos detentores de ações ordinárias de classe A não serão considerados a ser alterada pela criação ou emissão de novas ações ordinárias Classe B e vice-versa; e
- Os direitos inerentes às ações ordinárias da Classe A e às ações ordinárias da Classe B não serão considerados como alterados pela criação ou emissão de ações com direitos preferenciais ou outros, incluindo, sem limitação, ações com direitos de voto aumentados ou ponderados.

O Estatuto Social prevê que, a qualquer momento quando houver ações ordinárias de Classe A em emissão, as ações ordinárias de Classe B só podem ser emitidas de acordo com: (a) um desdobramento de ações, subdivisão de ações ou transação semelhante ou quando um dividendo ou outra distribuição é pago pela emissão de ações ou direitos de aquisição de ações ou na sequência da capitalização de lucros; (b) uma fusão, consolidação ou outra combinação de negócios envolvendo a emissão de ações ordinárias Classe B como contraprestação total ou parcial; ou (c) uma emissão de ações ordinárias Classe A, por meio da qual os detentores de ações ordinárias Classe B têm o direito de comprar um número de ações ordinárias Classe B que lhes permitiria manter sua propriedade proporcional e direito a voto na XP Inc.

Abaixo está um resumo das emissões e conversões de ações durante 2021 e 2020:

	Classe A (ações ordinárias)	Class B (ações preferenciais)	Total de ações
31 de dezembro 2019	354.181.346	197.618.980	551.800.326
Transferência de classes	16.325.000	(16.325.000)	-
Follow on de Oferta	7.258.639	-	7.258.639
31 de dezembro 2020	377.764.985	181.293.980	559.058.965
Transferência de classes (nota 1.2)	45.898.991	(45.898.991)	-
Emissão de ações	489.759	-	489.759
31 de dezembro 2021	424.153.735	135.394.989	559.548.724

Em dezembro de 2020, como resultado da conclusão da oferta pública secundária, descrita na Nota 1.2, um número de 7.258.639 ações ordinárias Classe A foram oferecidas pelo acionista controlador da XP Inc.

Em 8 de outubro de 2021, XP Inc emitiu 489.759 ações ordinárias Classe A como parte da aquisição de participação minoritária na Jive Investments.

Conforme mencionado na Nota 32, o Conselho de Administração aprovou em dezembro de 2019 um plano de incentivo de longo prazo baseado em ações, cujo número máximo de ações não deve ultrapassar 5% das ações emitidas e em circulação. Em 31 de dezembro de 2021, o número pendente de empresas reservadas de acordo com os planos era de 15.299.978 unidades de ações restritas ("RSUs") (31 de dezembro de 2020 - 11.079.736) e 2.819.912 unidades de desempenho restrito ("PSUs") (dezembro 31, 2020 - 2.819.912) a ser emitida na data de aquisição.

O capital integralizado adicional refere-se à diferença entre o preço de compra que os acionistas pagam pelas ações e seu valor nominal. De acordo com a Lei das Ilhas Cayman, o valor neste tipo de conta pode ser aplicado pela Companhia para pagar distribuições ou dividendos aos sócios, pagar ações não emitidas a serem emitidas integralmente, para resgates e recompras de ações próprias, para baixa de despesas preliminares, despesas reconhecidas, comissões ou por outros motivos. Todas as distribuições estão sujeitas ao Teste de Solvência de Cayman, que aborda a capacidade da Empresa de pagar dívidas à medida que vencem no curso natural dos negócios.

(c) Ações em Tesouraria

Em 1º de outubro de 2021, como resultado da incorporação da XPart pela XP Inc., que foi liquidada através de ações próprias da XP Inc., o Grupo reconheceu um valor de ações em tesouraria que fica registrado como redutor do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantinha 726.776 mil ações em tesouraria (zero em 2020), no valor de R\$ 171.939.

(d) Distribuição de Dividendos

O Grupo não adotou uma política de dividendos com relação a futuras distribuições de dividendos. O valor de quaisquer distribuições dependerá de muitos fatores, como os resultados das operações da Empresa, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas e outros fatores considerados relevantes pelo conselho de administração da XP Inc. e, quando aplicável, pelos acionistas.

Para os períodos de 31 de dezembro de 2021 e 2020, a XP Inc. não declarou e não pagou dividendos aos acionistas.

Os acionistas não controladores de algumas subsidiárias da XP Inc receberam dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no valor total de R\$ 3.026 e R\$ 5.567, respectivamente.

(e) Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes são compostos pelas variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, enquanto esses ativos financeiros não são realizados. Inclui também ganhos (perdas) com hedge de investimento líquido e variação cambial de investidas localizadas no exterior.

26. Partes relacionadas

As transações e remuneração de operações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores do que a cobrança normal ou apresentam outras desvantagens.

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários executivos, membros do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar à administração-chave por seus serviços é apresentada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração fixa	8.801	6.335	4.821
Remuneração variável	44.362	55.909	22.060
Total	53.163	62.244	26.881

Em 2021 e 2020, o Conselho de Administração aprovou a concessão de unidade de ações de desempenho ("PSUs") a determinados diretores.

Os diretores estatutários executivos da XP Inc controlam a XP Controle Participações S.A. e a XP Control.

(b) Transações entre partes relacionadas

Transações	Ativos / (Passivos)		Receitas/(Despesas)		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Acionistas com influência significativa (i)	(2.096.701)	(5.667.588)	(60.177)	(53.881)	(49.779)
Instrumentos financeiros	194.892	112.127	4.270	9.629	10.381
Aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	19.098	-	1.550
Contas a receber e operações de crédito	9.205	11.238	744	505	1.025
Obrigações por operações compromissadas	(2.300.798)	(5.780.430)	(84.268)	(62.951)	(58.078)
Empréstimos	-	(10.523)	(21)	(1.064)	(4.657)

(i) Estas transações são principalmente relacionadas às empresas do Grupo Itaú S.A..

As transações com partes relacionadas também incluem as transações entre a Companhia e suas controladas no curso das operações normais, incluindo serviços prestados como: (i) educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria financeira e consultoria financeira em geral; (iii) gestão de recursos e gestão de portfólio; (iv) tecnologia da informação e processamento de dados; (v) seguros e (vi) operações de crédito. Os efeitos dessas transações foram eliminados e não surtiram efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas.

27. Provisões e passivos contingentes

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Periodicamente, a Administração avalia os riscos tributários, cíveis e trabalhistas e os riscos, com base em dados legais, econômicos e fiscais, com a finalidade de classificar os riscos como prováveis, possíveis ou remotos, de acordo com as chances de ocorrerem e serem liquidados, levando em consideração, caso a caso, das análises elaboradas por consultores jurídicos externos.

	2021	2020
Fiscais	10.374	10.097
Cíveis	12.539	4.281
Trabalhistas	6.395	5.333
Total	29.308	19.711
Depósitos judiciais (i)	11.202	10.199

- (i) Há circunstâncias em que o Grupo está questionando a legitimidade de certos litígios ou reclamações. Como resultado, seja por ordem judicial ou com base na estratégia adotada pela administração, o Grupo pode ser obrigado a garantir parte ou todo o valor em questão por meio de depósitos judiciais, sem que isso seja caracterizado como liquidação do passivo. Esses valores são classificados como "Outros ativos" nos balanços patrimoniais consolidados.

Movimentação das provisões

	2021	2020	2019
Saldo inicial	19.711	15.193	17.474
Atualização monetária	6.837	4.102	2.492
Provisões	8.457	3.499	2.338
Reversão de provisões	(3.132)	(1.454)	(3.939)
Pagamentos	(2.565)	(1.629)	(3.172)
Saldo final	29.308	19.711	15.193

a) Fiscal

A partir de 31 de dezembro de 2021, o Grupo tem reivindicações classificadas como risco provável de perda no valor de R\$ 10.374 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 10.097), referentes às contribuições sociais sobre a receita (PIS e COFINS), questionando a exclusão desse imposto próprio sobre a base de cálculo sobre as receitas. De acordo com as leis e regulamentos tributários brasileiros, essa prática é legal para os impostos do IVA (ICMS). Esses processos são suportados por depósitos judiciais em sua totalidade.

b) Cíveis

A maioria dos processos cíveis e administrativos envolvem questões normais e específicas do negócio e referem-se a pedidos de indenização, principalmente, em função de: (i) prejuízos financeiros no mercado de ações; (ii) gestão de carteira; e (iii) supostas perdas geradas na liquidação de ativos de clientes por causa de margem e/ou saldo negativo. Em 31 de dezembro de 2021, existiam 105 processos cíveis e administrativos com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R\$ 12.539 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 4.281). O montante de R\$ 758 foi depositado judicialmente em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 100).

c) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas das quais o Grupo é parte dizem respeito principalmente: (i) à existência (ou não) de uma relação de trabalho entre o Grupo e os AAls; e (ii) verbas rescisórias de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2021, a

Companhia e suas controladas são rés em aproximadamente 18 processos envolvendo questões trabalhistas com probabilidade de perda classificada como provável, no montante de R\$ 6.395 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 5.333).

Passivos contingentes - probabilidade de perda classificada como possível

Além das provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais são rés, e a probabilidade de perda é considerada possível, e as contingências montam a aproximadamente R\$ 487.121 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 217.426). Este valor não está provisionado.

Abaixo está um resumo dessas possíveis reivindicações por natureza:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fiscal (i)	228.602	71.027
Cíveis (ii)	232.775	136.228
Trabalhista	25.744	10.171
Total	<u>487.121</u>	<u>217.426</u>

(i) Em dezembro de 2019, o Grupo foi autuado pelas autoridades fiscais para a exigência de contribuição previdenciária devido ao pagamento de participação de empregados nos lucros referente ao ano calendário de 2015, supostamente em violação à Lei 10.101 / 00. Atualmente, o primeiro recurso foi negado pela primeira instância administrativa da Delegacia da Receita. O Grupo proporá recurso ordinário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Existem outras súmulas favoráveis do CARF sobre o assunto e o Grupo obteve pareceres jurídicos que respaldam a defesa do Grupo e a prática atual.

Em novembro de 2021, o Grupo foi autuado pelas autoridades fiscais para exigência de contribuições previdenciárias devido a pagamentos de participação nos lucros de empregados relativos ao ano-calendário de 2017, supostamente em violação à Lei 10.101/00 e despesas não dedutíveis para o imposto de renda em valor recebido pelos membros do Conselho. O valor reclamado é de R\$ 97.456. Contra a autuação foi interposto recurso administrativo, que aguarda julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

Em dezembro de 2021, o Grupo recebeu autuação fiscal no valor total de R\$ 58.262 por benefícios ocorridos em 2016, referente ao ágio amortizado originado na aquisição da General Atlantic e Actis na XP CCTVM em anos distintos (2013 e 2016). Contra a autuação foi interposto recurso administrativo, que aguarda julgamento pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

(ii) O Grupo possui 586 ações cíveis e administrativas de clientes e agentes de investimento, principalmente relacionadas à gestão de carteiras, classificação de risco, direitos autorais e rescisão de contratos. O valor total representa o valor máximo coletivo a que o Grupo está exposto com base nos valores dos sinistros atualizados monetariamente.

28. Receitas operacionais líquidas

a) Receita de prestação de serviço

A receita de contratos com clientes decorre principalmente da prestação de serviços e tarifas cobradas nas transações diárias dos clientes, portanto, na sua maioria reconhecidas no momento. A desagregação da receita pelas principais linhas de serviço são as seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Principais linha de serviços			
Corretagem	2.465.217	2.139.985	1.288.135
Colocação de Títulos	1.917.403	1.429.824	1.154.786
Taxa de administração e performance	1.489.736	1.224.125	1.035.224
Comissões de Seguros	133.070	112.802	106.438
Serviços educacionais	71.295	118.272	97.986
Taxas de comissão	192.923	90.804	48.413
Outros serviços	532.035	386.780	227.054
	<u>6.801.679</u>	<u>5.502.592</u>	<u>3.958.036</u>
(-) Impostos sobre prestação de serviços (i)	(605.214)	(486.104)	(362.264)
	<u>6.196.465</u>	<u>5.016.488</u>	<u>3.595.772</u>

(i) Refere-se basicamente a impostos sobre serviços (ISS) e contribuições sobre a receita (PIS e COFINS).

b) Receita líquida de instrumentos financeiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.555.132	3.020.698	1.360.207
Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e por meio de outros resultados abrangentes	(1.558.060)	188.196	199.947
(-) Impostos sobre instrumentos financeiros	<u>(116.425)</u>	<u>(73.777)</u>	<u>(28.118)</u>
	5.880.647	3.135.117	1.532.036

c) Distribuição da receita por localização geográfica

Detalhamento da receita líquida total e receita e ativos selecionados por localização geográfica:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Brasil	11.723.976	7.454.304	4.790.236
Estados Unidos (ii)	332.046	655.817	307.456
Europa	21.090	41.484	30.116
Receita total	12.077.112	8.151.605	5.127.808

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Brasil	7.698.115	3.244.421
Estados Unidos (ii)	106.736	129.956
Europa	1.746	4.123
Ativos selecionados (i)	7.806.597	3.378.500

(i) Os ativos selecionados são ativos totais do Grupo, menos: disponibilidades, ativos financeiros e ativos fiscais diferidos são apresentados por localização geográfica.

(ii) Inclui receitas e ativos selecionados provenientes das Ilhas Cayman.

Nenhum dos clientes representou mais do que 10% de nossas receitas nos períodos apresentados.

29. Custos operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo de Comissões	2.719.611	2.087.197	1.269.309
Perdas e provisões operacionais /(reversão)	35.844	31.295	13.922
Outros custos	674.654	526.867	313.419
Despesas de serviços do sistema financeiro	411.605	344.278	201.083
Despesas de serviços de terceiros	88.431	92.997	76.669
Outros	174.618	89.592	35.667
Total	3.430.109	2.645.359	1.596.650

30. Despesas administrativas

<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
-------------	-------------	-------------

Despesas com vendas	227.483	134.915	155.115
Propaganda e publicidade	227.483	134.915	155.115
Despesas administrativas	4.692.698	3.013.598	1.891.481
Despesas de pessoal	3.427.220	2.138.470	1.261.887
Remuneração	1.416.247	846.742	408.394
Participação nos lucros e bônus	1.362.046	807.640	645.992
Remuneração de executivos	143.763	194.419	67.547
Benefícios	130.187	75.302	47.457
Encargos sociais	358.878	208.151	88.960
Outros	16.099	6.216	3.537
Despesas tributárias	53.603	44.029	39.691
Despesas de depreciação	68.618	67.422	53.530
Despesas de amortização	163.112	75.839	37.630
Outras despesas administrativas	980.145	687.838	498.743
Despesas de processamento de dados	450.796	322.659	178.860
Despesas de serviços técnicos especializados	167.984	101.389	85.782
Despesas de serviço de terceiros	249.514	168.019	145.730
Despesas de aluguel	16.498	17.955	10.575
Despesas de comunicação	30.041	29.311	17.495
Despesas de viagens	13.282	9.923	21.676
Despesas legais e judiciais	9.292	6.976	3.406
Outras	42.738	31.606	35.219
Total	4.920.181	3.148.513	2.046.596

31. Outras receitas e despesas operacionais

	2021	2020	2019
Outras receitas operacionais	413.665	377.480	208.245
Rendas de incentivos do tesouro direto, B3 e Outras (a)	366.163	352.879	101.615
Juros recebidos sobre impostos	7.604	5.521	31.782
Recuperação de encargos e despesas	4.473	1.798	53.453
Reversão de provisões operacionais	7.422	1.366	9.767
Outras	28.003	15.916	11.628
Outras Despesas Operacionais	(89.311)	(206.427)	(54.888)
Despesas com processos judiciais/acordo com clientes	(3.667)	(45.277)	(9.499)
Prejuízo na desmobilização de escritórios e outros ativos	(4.377)	(52.102)	(10.265)
Incentivos fiscais	(10.788)	(8.136)	(7.060)
Multas e penalidades	(1.378)	(16.995)	(1.191)
Taxas regulatórias	(11.714)	(13.524)	(4.216)
Caridade	(30.171)	(41.654)	(6.751)
Outras	(27.216)	(28.739)	(15.906)
Total	324.354	171.053	153.357

(a) Inclui incentivos recebidos de terceiros, principalmente pelo desenvolvimento conjunto de produtos de varejo, e também pela associação dessas entidades ao ecossistema XP.

32. Plano de Incentivo

a) Plano de incentivo

O Plano foi aprovado pela reunião do Conselho de Administração da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019 e a primeira concessão de Restricted Shares Units e Performance Share Unit foi em 10 de dezembro de 2019.

No plano de Restricted Shares Units, as ações são concedidas sem custo ao participante na data da concessão. As RSUs são concedidas anualmente, suas condições de aquisição estão relacionadas aos serviços prestados, e tais condições são atingidas a uma razão determinada em cada período de emissão. O limite de aquisição é determinado na data de cada nova emissão. Após os períodos de aquisição, as ações ordinárias serão emitidas aos participantes.

Na Performance Share Unit, as ações são concedidas aos participantes elegíveis e suas condições de aquisição são baseadas em métricas relacionadas a um período de cinco anos e ao retorno total ao acionista (TSR), incluindo o aumento do preço das ações, dividendos e retornos de capital.

Se um participante elegível deixar de ser empregado da entidade dentro do período de aquisição, os direitos serão perdidos, exceto em circunstâncias limitadas, que devem ser aprovadas pela Administração caso a caso.

b) Valor justo das ações outorgadas

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e premissas subjacentes, que depende dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga.

A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo que incluem o seguinte:

- Estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e
- Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de ações, como Monte Carlo.

Essas estimativas também exigem a determinação das entradas mais apropriadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de um pagamento baseado em ações ou direito de valorização, volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e rendimento de dividendos esperado.

c) Ações em circulação concedidas e Inputs de precificação

O número máximo de ações disponíveis para emissão no plano com base em ações não deve exceder 5% das ações emitidas e em circulação.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante reservado nos planos era de 18.119.890 (31 de dezembro de 2020 - 13.899.648), incluindo RSUs 15.153.830 (31 de dezembro de 2021 - 11.079.736) e 2.966.060 PSUs (31 de dezembro de 2020).

Abaixo estão os resumos das atividades de RSU e PSU da XP Inc em 2021 e 2020.

(Em milhares, exceto dados de média ponderada, e onde indicado de outra forma)	RSUs Quantidade de ações	PSUs Quantidade de ações	Total Quantidade de ações
Posição em 1 de janeiro de 2020	1.921.669	2.190.377	4.112.046
Outorgas	9.730.422	629.535	10.359.957
Baixas	(572.355)	-	(572.355)
Posição em 30 de dezembro de 2020	11.079.736	2.819.912	13.899.648
Posição em 1 de janeiro de 2021	11.079.736	2.819.912	13.899.648
Outorgas	5.709.046	230.086	5.939.132
Baixas	(1.634.952)	(83.938)	(1.718.890)
Posição em 30 de dezembro de 2021	15.153.830	2.966.060	18.119.890

Nenhuma opção expirou ou foi exercida durante os períodos cobertos pela tabela acima.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas totais de remuneração de ambos os planos foram de R\$ 654.876 (2020 - R\$ 292.817), incluindo R\$ 93.421 (2020 - R\$ 60.026) de provisões fiscais.

A média ponderada original do valor justo na data de concessão das ações RSU e PSU era de US\$ 27 e US\$ 34,56, respectivamente. Em maio de 2020, a Companhia decidiu atualizar a condição de mensuração de suas ações PSU, substituindo a mensuração do TSR de Dólares Americanos (US\$) para Reais (R\$), ficando, portanto, sujeita à variação cambial. O valor justo médio ponderado na data de concessão das ações da PSU para o plano atualizado foi de US\$ 52,41.

O valor justo incremental será reconhecido como despesa durante o período desde a data de modificação até o final do período de aquisição de direito. Todas as outras condições do plano de ações PSU não foram modificadas. O valor justo médio da data de outorga no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de US\$ 40,71.

33. Lucro por ação (básico e diluído)

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do período atribuído aos proprietários da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos proprietários da XP Inc pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano mais o número médio ponderado de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluidoras em ações. As ações do plano baseado em ações são as únicas ações com potencial efeito dilutivo.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro líquido aplicável aos proprietários da controladora e EPS básico e diluído para 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	2021	2020	2019
Lucro líquido atribuível aos controladores	3.589.416	2.076.430	1.080.484
Número médio ponderado básico de ações em circulação	559.004	552.291	511.462
Lucro líquido atribuível aos controladores	6,4211	3,7597	2,1125
<i>Efeito de diluição</i>			
Plano de incentivo (ii) (iii)	14.496	6.817	248
Número médio ponderado diluído de ações em circulação (iii)	573.499	559.108	511.710
Lucro líquido por ação diluído - R\$	6,2588	3,7138	2,1115

(i) Ver na Nota 25, o número de ações ordinárias em circulação da XP Inc. durante o período.

(ii) Ver na Nota 32, o número de ações concedidas e perdidas durante o período em relação ao plano baseado em ações da XP Inc.

(iii) Milhares de ações.

34. Determinação do Valor Justo

O Grupo avalia os instrumentos financeiros, como determinadas aplicações financeiras e derivativos, pelo valor justo na data de cada balanço.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros públicos e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, Bolsas de Valores).

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que maximizam o uso de dados observáveis de mercado e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todos os dados significativos exigidos para o valor justo como instrumento forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados no nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros privados e instrumentos financeiros negociados em um mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais dos dados significativos não forem observáveis, o instrumento será incluído no nível 3. Esse é o caso para títulos patrimoniais não cotados.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- Ativos financeiros (exceto derivativos) - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação.
- Swap - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume as duas posições - coloque um indexador e chame outro.

- Termo - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas em B3.
- Futuros - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos.
- Opções - os contratos de opções dão ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado.
- Outros: Derivativos - os passivos de garantia emitidos pela XPAC Corporation Corp. contêm características que se qualificam como derivativos embutidos. O valor justo dos bônus de subscrição emitidos em conexão com a oferta pública inicial foi medido com base no preço de mercado listado de tais bônus.
- Outros ativos e passivos financeiros - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Operações de crédito - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Contraprestação contingente: O valor justo do passivo de contraprestação contingente relacionado com aquisições é estimado aplicando a abordagem de receita e descontando os pagamentos futuros esperados aos acionistas vendedores de acordo com os termos dos contratos de compra e venda.

Abaixo estão os ativos e passivos financeiros do Grupo por nível na hierarquia de valor justo. A avaliação do Grupo da importância de um dado para a mensuração do valor justo requer julgamento e pode afetar a avaliação dos ativos e passivos do valor justo e sua colocação dentro dos níveis da hierarquia do valor justo:

31 de dezembro de 2021

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	49.677.779	8.502.176	-	58.179.955	58.179.955
Instrumentos financeiros derivativos	194.911	10.748.803	-	10.943.714	10.943.714
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	32.332.377	-	-	32.332.377	32.332.377
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários	1.870.205	671.977	-	2.542.182	2.238.807
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	9.124.719	-	9.124.719	8.894.531
Negociação e intermediação de valores	-	1.405.651	-	1.405.651	1.405.651
Rendas a receber	-	469.086	-	469.086	469.086
Operações de crédito	-	12.844.037	-	12.844.037	12.819.627
Outros ativos financeiros	-	461.515	-	461.515	461.515
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros	2.146.398	518.804	-	2.665.202	2.665.202
Instrumentos financeiros derivativos	157.710	11.750.473	-	11.908.183	11.908.183
Avaliados ao custo amortizado					
Obrigações por operações compromissadas	-	26.276.252	-	26.276.252	26.281.345
Negociação e intermediação de valores	-	15.597.555	-	15.597.555	15.597.555
Instrumentos financeiros de dívida	-	23.974.348	-	23.974.348	24.429.086
Obrigações por empréstimos	-	1.932.859	-	1.932.859	1.928.782
Fornecedores	-	867.526	-	867.526	867.526
Outros passivos financeiros	-	6.937.029	743.443	7.680.472	7.680.472
Investimentos mensurados a valor justo	-	-	1.221.424	1.221.424	1.221.424

31 de dezembro de
2021

31 de dezembro de
2020

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	35.549.047	14.040.966	-	49.590.013	49.590.013
Instrumentos financeiros derivativos	26.535	7.532.898	-	7.559.433	7.559.433
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	19,039,044	-	-	19,039,044	19,039,044
Avaliados ao custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários	1,830,031	-	-	1,830,031	1,828,704
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	6,627,044	-	6,627,044	6,627,409
Negociação e intermediação de valores	-	1,051,566	-	1,051,566	1,051,566
Operações de crédito	-	506,359	-	506,359	506,359
Rendas a receber	-	4,037,954	-	4,037,954	3,918,328
Outros ativos financeiros	-	69,971	-	69,971	69,971
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros	2.237.442	-	-	2.237.442	2.237.442
Instrumentos financeiros derivativos	13.221	7.806.143	-	7.819.364	7.819.364
Avaliados ao custo amortizado					
Obrigações por operações compromissadas	-	31.810.893	-	31.810.893	31.839.344
Negociação e intermediação de valores	-	20.303.121	-	20.303.121	20.303.121
Instrumentos financeiros de dívida	-	5.162.455	-	5.162.455	5.551.849
Obrigações por empréstimos	-	283.993	-	283.993	284.087
Fornecedores	-	859.550	-	859.550	859.550
Outros passivos financeiros	-	1.244.231	462.000	1.706.231	1.706.231

A partir de 31 de dezembro de 2021 e 2020, o passivo total de consideração contingencial é declarado em valor justo e depende da rentabilidade do associado e das empresas adquiridas. A consideração total do contingente é classificada no Nível 3 da hierarquia de valor justo. O passivo de consideração contingente representa o valor máximo a pagar nos contratos de compra e venda descontados utilizando uma taxa média ponderada de 10,09% a.a. A variação da taxa de desconto em 100 bps aumentaria/diminuiria o valor justo em R\$18.751. A alteração do valor justo na consideração contingente entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2021 não foi material.

Os investimentos realizados por meio dos Gestores XP FIP, considerado um investimento de capital de risco, são classificados como Nível 3 da hierarquia de valor justo. Os insumos utilizados pelo Grupo são derivados de taxas descontadas para esses investimentos utilizando um modelo de ativo de capital para calcular uma alíquota pré-tributária que reflita as avaliações atuais do mercado sobre o valor do tempo do dinheiro e o risco específico para o ativo. A variação da taxa de desconto em 100 bps aumentaria/diminuiria o valor justo em R\$12.214.

As transferências para e para fora dos níveis de hierarquia de valor justo são analisadas no final de cada demonstração financeira consolidada. Até 31 de dezembro de 2021, o Grupo não tinha transferências entre o Nível 2 e o Nível 3.

35. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

(a) Visão geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

- (i) Risco de crédito;
- (ii) Risco de liquidez;
- (iii) Risco de Mercado;

- Risco de moeda;
- Risco de juros;
- Risco de preço.

(iv) Risco operacional.

(b) Estrutura de gestão de risco

A administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas à boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações.

Ao que se refere ao Conglomerado Prudencial da XP, a estrutura organizacional baseia-se nas recomendações propostas pelo Acordo da Basileia, no qual são formalizados procedimentos, políticas e metodologia compatíveis com a tolerância ao risco e com a estratégia do negócio e os diversos riscos inerentes às operações e / ou processos, incluindo riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. O Grupo busca seguir as mesmas práticas de gerenciamento de riscos que as aplicáveis a todas as empresas.

Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e gerenciamento de crise.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na negociação e aos custos de recuperação.

O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e ou emissão, na atividade econômica, na duration da carteira, nas variáveis macroeconômicas, entre outros.

O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (rating) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes.

Para as operações de crédito, o Grupo XP tem como garantia os investimentos de clientes para reduzir perdas potenciais e proteger contra a exposição ao risco de crédito, gerenciando essas garantias de modo que sejam sempre suficientes, legalmente aplicáveis (efetivas) e viáveis, a XP monitora os valores em garantia. O Gerenciamento de Risco de Crédito fornece subsídios para definir estratégias como apetite ao risco, para estabelecer limites, incluindo análise de exposição e tendências, assim como a eficácia da política de crédito.

As operações de empréstimos têm uma alta qualidade de crédito e o Grupo frequentemente utiliza medidas de mitigação de risco, principalmente através de investimentos dos clientes como garantias, o que explica a baixa taxa de provisão.

As políticas do Grupo relativas à obtenção de garantias não mudaram significativamente durante o período de relatório e não houve nenhuma mudança significativa na qualidade geral das garantias detidas pelo Grupo desde o período anterior.

A administração realiza análises de qualidade de crédito de ativos que não estão vencidos ou reduzidos a valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tais ativos eram substancialmente representados por Operações de Crédito e Títulos e Valores Mobiliários comprados sob contratos de revenda dos quais as contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito, títulos emitidos pelo governo brasileiro, bem como transações de instrumentos financeiros derivativos, que são negociados principalmente na bolsa de valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e que, portanto, têm sua garantia.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito é apresentado no quadro abaixo:

	2021	2020
Ativos financeiros		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.894.531	6.627.409
Títulos e valores mobiliários	92.751.139	70.457.761
Títulos públicos	48.246.922	51.944.301
Títulos privados	44.504.217	18.513.460
Instrumentos financeiros derivativos	10.943.714	7.559.433
Negociação e intermediação de valores	1.405.651	1.051.566
Rendas a Receber	469.086	506.359
Operações de crédito	12.819.627	3.918.328
Outros ativos financeiros	461.515	69.971
Exposições fora do balanço (limites do cartão de crédito)	1.367.399	35.810
Total	129.112.662	90.226.637

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras.

O gerenciamento de liquidez atua em linha com estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos e a relevância da exposição a riscos. Essa política de gestão de liquidez estabelece ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, e estas devem ser suficientes para gerar a resignificação do caixa dentro dos limites mínimos exigidos.

O grupo mantém um nível adequado de liquidez a todo o momento, trabalhando sempre com um limite mínimo de caixa. Isso é feito através de um gerenciamento compatível e consistente com sua capacidade de obtenção de recursos no mercado, com suas metas orçamentárias de evolução do volume de seus ativos e está baseado no gerenciamento dos fluxos de caixas, observando os limites mínimos de saldos dos caixas diários e projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez e simulações de cenários adversos.

A estrutura e gestão de riscos são de responsabilidade do departamento de Riscos, subordinado à Diretoria Executiva, evitando assim qualquer conflito de interesses com departamentos que necessitem de liquidez.

(d1) Vencimentos de passivos financeiros

As tabelas abaixo resumem os passivos financeiros do Grupo com base em seus vencimentos contratuais:

Passivos	2021					Fluxo de Caixa contratual
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Títulos e valores mobiliários	2.146.398	-	-	-	518.804	2.665.202
Instrumentos financeiros derivativos	758.821	1.379.092	2.250.942	6.436.008	1.083.320	11.908.183
Obrigações por operações compromissadas	26.281.345	-	-	-	-	26.281.345
Negociação e intermediação de valores	15.597.555	-	-	-	-	15.597.555
Instrumentos de dívida	982.877	1.245.279	5.790.698	15.525.061	885.171	24.429.086
Empréstimos	-	-	1.661.067	267.715	-	1.928.782
Fornecedores	867.526	-	-	-	-	867.526
Outros passivos financeiros	5.856.309	-	4.365	1.819.798	-	7.680.472
Total	52.490.831	2.624.371	9.707.072	24.048.582	2.487.295	91.358.151

Passivos	2020					Fluxo de Caixa contratual
	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Títulos e valores mobiliários	2.237.442	-	-	-	-	2.237.442

Instrumentos financeiros derivativos	1.572.140	814.220	2.643.065	2.205.410	584.529	7.819.364
Obrigações por operações compromissadas	31.839.344	-	-	-	-	31.839.344
Negociação e intermediação de valores	20.303.121	-	-	-	-	20.303.121
Instrumentos de dívida	128.426	58.966	2.356.082	1.350.217	1.322.907	5.216.598
Empréstimos	3.535	6.989	7.114	266.449	-	284.087
Debêntures	-	-	-	335.250	-	335.250
Fornecedores	859.550	-	-	-	-	859.550
Outros passivos financeiros	1.038.628	5.721	25.454	571.054	65.375	1.706.232
Total	57.982.186	885.896	5.031.715	4.728.380	1.972.811	70.600.989

(e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende principalmente três tipos de risco: variação cambial, taxas de juros e preços de ações.

O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é controlar a exposição a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

O gerenciamento do risco de mercado das operações é realizado por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, com o objetivo de manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pelo Grupo e atender à estratégia e limites definidos pelo Comitê de Risco.

Para atendimento às disposições do órgão regulador, as instituições financeiras do Grupo controlam diariamente a exposição pelo cálculo das parcelas de risco, registrando os resultados no Documento 2011 - Demonstração Diária de Capital ("DDR") no Circular BACEN nº 3.331 / 08, submetendo-a diariamente a esta instituição.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, monitorar e garantir o cumprimento dos limites preestabelecidos, podendo intervir nos casos de descumprimento e relatar todos os eventos atípicos ao Comitê. A empresa utiliza sistema de terceiros para mensurar e controlar a exposição ao risco de mercado.

Além do controle realizado pela ferramenta, o Grupo adota diretrizes para controlar o risco dos ativos que marcam as operações de Tesouraria. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deverá tomar as medidas necessárias para o reenquadramento o mais rapidamente possível.

(e1) Risco de moeda

O objetivo da gestão da Companhia de exposição cambial é mitigar os efeitos decorrentes da variação das taxas de câmbio, que podem apresentar períodos de alta volatilidade.

O risco de moeda (ou câmbio) decorre de posições sensíveis a oscilações nas taxas de câmbio. Essas posições podem ser originadas por instrumentos financeiros denominados em uma moeda diferente da moeda funcional em que o balanço é medido ou por meio de posições em instrumentos derivativos (para negociação ou hedge) e investimentos em subsidiárias no exterior.

O Grupo detém participação na XP Holding International, XP Advisors Inc e XP Holding UK Ltd, cujo capital social a partir de 31 de dezembro, 2021 foi de US\$ 52.905 mil (US\$ 46.534 mil em 31 de dezembro de 2020), US\$ 2.658 mil (US\$ 801 mil em 31 de dezembro de 2020) e 1.918 mil GBP (2.268 mil GBP em 31 de dezembro de 2020) respectivamente.

O risco da XP Holding International e da XP Advisors Inc, é protegido com o objetivo de minimizar a volatilidade da moeda funcional (BRL) em relação aos US\$ decorrentes do investimento estrangeiro no exterior (ver Nota 9).

O risco de exposição em moeda estrangeira da XP Holding UK Ltd não é protegido.

(e2) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros de seus ativos e passivos financeiros.

Abaixo apresentamos as taxas de risco que o Grupo está exposto:

- Selic/DI

- IGPM
- IPCA
- PRE
- Cupons Cambiais de outras moedas

(e3) Risco de preço

Risco de preço é o risco decorrente da alteração do preço da carteira dos fundos de investimento e das ações listadas em bolsa, mantidas na carteira do Grupo, que podem afetar os seus resultados. O risco de preço é controlado pela administração do Grupo, com base na diversificação de sua carteira e / ou pelo uso de contratos de derivativos, como opções ou futuros.

Análise de sensibilidade

De acordo com as informações de mercado, o Grupo realizou a análise de sensibilidade pelos fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com impacto no resultado, proporcionando uma visão da exposição por fator de risco do Grupo em cenários excepcionais. As análises de sensibilidade a seguir não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez detectadas essas perdas, as medidas de mitigação de risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Carteira de negociação	Exposições	2021		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxa de juros pré-fixadas em reais	(285)	(110.555)	(204.607)
Cupons Cambiais	Taxa de cupons de moedas estrangeiras	(35)	(5.578)	(11.325)
Moedas estrangeiras	Taxas de câmbio	(364)	177.203	384.340
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(248)	(53.407)	(103.602)
Ações	Preços de ações	(1.483)	(131.753)	92.024
Seed Money (i)	Investimento em fundos de terceiros	(6.203)	(155.068)	(310.136)
		(8.618)	(279.158)	(153.306)

Carteira de negociação	Exposições	31/12/2020		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxa de juros pré-fixadas em reais	(191)	(9.056)	(33.402)
Cupons Cambiais	Taxa de cupons de moedas estrangeiras	(379)	(5.508)	(11.184)
Moedas estrangeiras	Taxas de câmbio	(1.997)	(169.318)	(373.807)
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(311)	(14.384)	(28.434)
Ações	Preços de ações	(4.957)	(107.704)	(167.737)
		(7.835)	(305.970)	(614.564)

(i) Relacionados à estratégia de capital inicial, que inclui vários fatores de risco que são divulgados em conjunto.

Cenário I: Aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixados, cupom cambial, inflação e 1 ponto percentual nos preços de ações, commodities e moedas;

Cenário II: Projetar uma variação de 25% nas taxas de juros prefixados, cupons cambiais, inflação, preço de ações, commodities e moedas, tanto em alta quanto em queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário III: Projetar uma variação de 50 por cento nas taxas de juros prefixados, cupons cambiais, inflação, preços de ações, commodities e moedas, tanto em alta como em queda, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

(f) Risco operacional

Risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluindo risco legal. Entre os eventos de risco

operacional, incluem-se as seguintes categorias: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela XP; situações que acarretem a interrupção das atividades da XP; e falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação.

O principal objetivo do Grupo é garantir a identificação, classificação e monitoramento de situações que possam gerar perdas financeiras, danos à reputação das empresas, bem como qualquer autuação regulatória por ocorrência de um evento de risco operacional. A XP adota o modelo das 3 linhas de defesa, no qual a principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para lidar com os riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócios, buscando gerenciar principalmente:

- (i) Exigências de segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências de avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e a adequação dos controles e procedimentos para o tratamento dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

Adicionalmente, as instituições financeiras do Grupo, em atendimento ao disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Resolução nº 3.380 / 06 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") de 27 de junho de 2006, possuem um processo que abrange políticas institucionais, procedimentos, sistemas e planos de contingência e continuidade de negócios para a ocorrência de eventos externos, além de formalizar a estrutura única requerida pelo órgão regulador.

36. Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são salvaguardar sua capacidade de continuar em funcionamento, de modo que possa continuar a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o endividamento.

O Grupo também monitora o capital com base na dívida líquida e no índice de alavancagem. A dívida líquida é calculada como a dívida total (incluindo empréstimos, obrigações de arrendamento, financiamento estruturado e debêntures conforme mostrado no balanço patrimonial consolidado) menos caixa e equivalente de caixa (incluindo caixa, títulos adquiridos sob acordos de revenda e depósitos de certificado conforme mostrado na demonstração consolidada fluxo de caixa). O endividamento corresponde à dívida líquida expressa em percentagem do capital total.

A dívida líquida e os índices de alavancagem correspondentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	2021	2020
Dívidas do Grupo (Nota 37) (i)	7.073.021	827.785
Financiamento estruturado (Nota 20 (b))	2.415.400	874.771
Total dívida	9.488.421	1.702.556
Disponibilidades	(2.485.641)	(1.954.788)
Aplicação interfinanceira de liquidez (Nota 6 (a))	(1.071.328)	(593.673)
Certificado de depósito bancário (Instrumentos financeiros) (Nota 7 (a))	(194.892)	(111.927)
Total da dívida líquida	5.736.560	(957.832)
Patrimônio líquido total	14.416.836	10.894.609
Capital total	20.153.396	9.936.777
Taxa de alavancagem %	28,46%	(9,64)%

(i) Inclui Debêntures e Bonds designados a valor justo por meio do resultado. Vide Nota 7(e) e 17, respectivamente.

(i) **Capital mínimo requerido**

Embora o capital seja administrado considerando a posição consolidada, certas subsidiárias estão sujeitas ao requerimento de capital mínimo dos reguladores locais.

A controlada XP CCTVM, líder do Conglomerado Prudencial (que inclui o Banco XP), no regime de regulamentação do BACEN, é obrigada a manter um capital mínimo e seguir aspectos do Acordo da Basileia.

A controlada XP Vida e Previdência atua no ramo de Previdência Privada e é fiscalizada pela SUSEP, sendo obrigada a apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Exigido ("CMR"), CMR é igual ao maior valor entre o capital base e a liquidez do capital de risco ("CR").

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas XP CCTVM e XP Vida e Previdência atendiam a todos os requisitos de capital.

Não há exigência de cumprimento de um capital mínimo para as demais empresas do Grupo.

(ii) **Financial covenants**

Relativamente aos contratos de dívida de longo prazo, incluindo instrumentos multilaterais, registrados nas rubricas "Empréstimos" e "Debêntures" (Notas 19 e 20), o Grupo é obrigado a cumprir determinadas condições de desempenho, tais como índices de rentabilidade e eficiência.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos contratos sujeitos a covenants financeiros é de R\$ 446.005 (31 de dezembro de 2020 - R \$ 619.337). O Grupo cumpriu essas cláusulas ao longo do período de relatório.

O eventual descumprimento por parte do Grupo de tais cláusulas pode ser considerado como quebra de contrato e, consequentemente, considerado para liquidação antecipada das obrigações relacionadas.

37. Informações de Fluxo de Caixa

a. Reconciliação da dívida

	Empréstimos	Arrendamento mercantil	Dívida própria (i)		Total
			Debêntures	Bonds	
1 de janeiro de 2019	469.609	148.494	406.538	-	1.024.641
Aquisições / Emissão	-	124.196	400.000	-	524.196
Amortização	(85.353)	(37.979)	(11.815)	-	(135.147)
Diferenças cambiais	-	3.085	-	-	3.085
Juros incorridos	26.250	17.610	40.507	-	84.367
Juros pagos	(28.428)	-	-	-	(28.428)
31 de dezembro de 2019	382.078	255.406	835.230	-	1.472.714
1 de janeiro de 2020	382.078	255.406	835.230	-	1.472.714
Aquisições / Emissão	-	55.820	-	-	55.820
Baixas	-	(78.321)	-	-	(78.321)
Amortização	(95.395)	(57.473)	(400.000)	-	(552.868)
Recuperação	-	-	(64.717)	-	(64.717)
Reavaliação	-	(10.050)	-	-	(10.050)
Diferenças cambiais	-	23.610	-	-	23.610
Juros incorridos	11.892	19.456	21.473	-	52.821
Juros pagos	(14.488)	-	(56.736)	-	(71.224)
31 de dezembro de 2020	284.087	208.448	335.250	-	827.785
1 de janeiro de 2021	284.087	208.448	335.250	-	827.785

Aquisições / Emissão	1.570.639	116.248	500.018	3.691.262	5.878.167
Amortização	(21.022)	(55.349)	(177.826)	-	(254.197)
Reavaliação	-	24.234	-	-	24.234
Diferenças cambiais	73.426	7.486	-	431.250	512.162
Juros incorridos	21.689	17.488	60.919	74.798	174.894
Juros pagos	(37)	-	(12.386)	(69.004)	(81.427)
31 de dezembro de 2021	1.928.782	318.555	705.975	4.128.306	7.081.618

(i) Os títulos de dívida emitidos incluem as debêntures mensuradas ao valor da FVPL apresentadas na Nota 7 (e), e não inclui os ajustes a valor justo de (i) Debêntures - R \$ 18.077 e (ii) Bonds - R \$ 9.480 dos títulos (31 de dezembro, 2020: nil).

b. Atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa

As atividades de investimento e financiamento que não envolvem caixa, divulgadas em outras notas explicativas, estão relacionadas a (i) Aquisição de investimentos em coligadas por meio de contraprestação contingente - R\$ 6.381 (Nota 5(ii)) e (ii) referente à aquisição de participação em coligadas por meio de contas a pagar (Nota 15) – R\$ 97.009 e por emissão privada de ações R\$ 112.642.

38. Eventos subsequentes

Aquisições

(i) Banco Modal S.A

Em 6 de janeiro de 2022, o Grupo celebrou um acordo vinculante para adquirir até 100% da participação total do Banco Modal, que será pago com até 19,5 milhões em novas ações XP Inc. Classe A ou Brazilian Depository Receipts (BDR)., implicando um prêmio de 35% sobre o preço médio dos últimos trinta dias do Banco Modal. As empresas compartilham o objetivo comum de superar as expectativas dos clientes e democratizar o acesso a produtos e serviços financeiros de alta qualidade e baixo custo. Espera-se que a aquisição proporcione um acréscimo sólido e sustentável aos acionistas de ambas as empresas. A aquisição está pendente de aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

(ii) Aquisições de participações minoritárias

a) Suno Controle S.A.

Em 3 de janeiro de 2022, o Grupo concordou em adquirir uma participação de 40% do capital total da Suno Controle S.A. ("Suno"). A Companhia produz conteúdo financeiro gratuito, incluindo análises, notícias, livros, cursos, entre outros, e distribui conteúdo pago por meio de um ecossistema digital, oferecendo consolidação de dados financeiros pessoais, recomendações de investimentos e consultoria. A transação permite que XP e Suno ofereçam a seus clientes uma experiência diferenciada de conteúdo financeiro com a orientação de uma das autoridades digitais mais influentes em finanças no Brasil, e acelere o crescimento da Suno Asset.

b) Estratégia & Timing

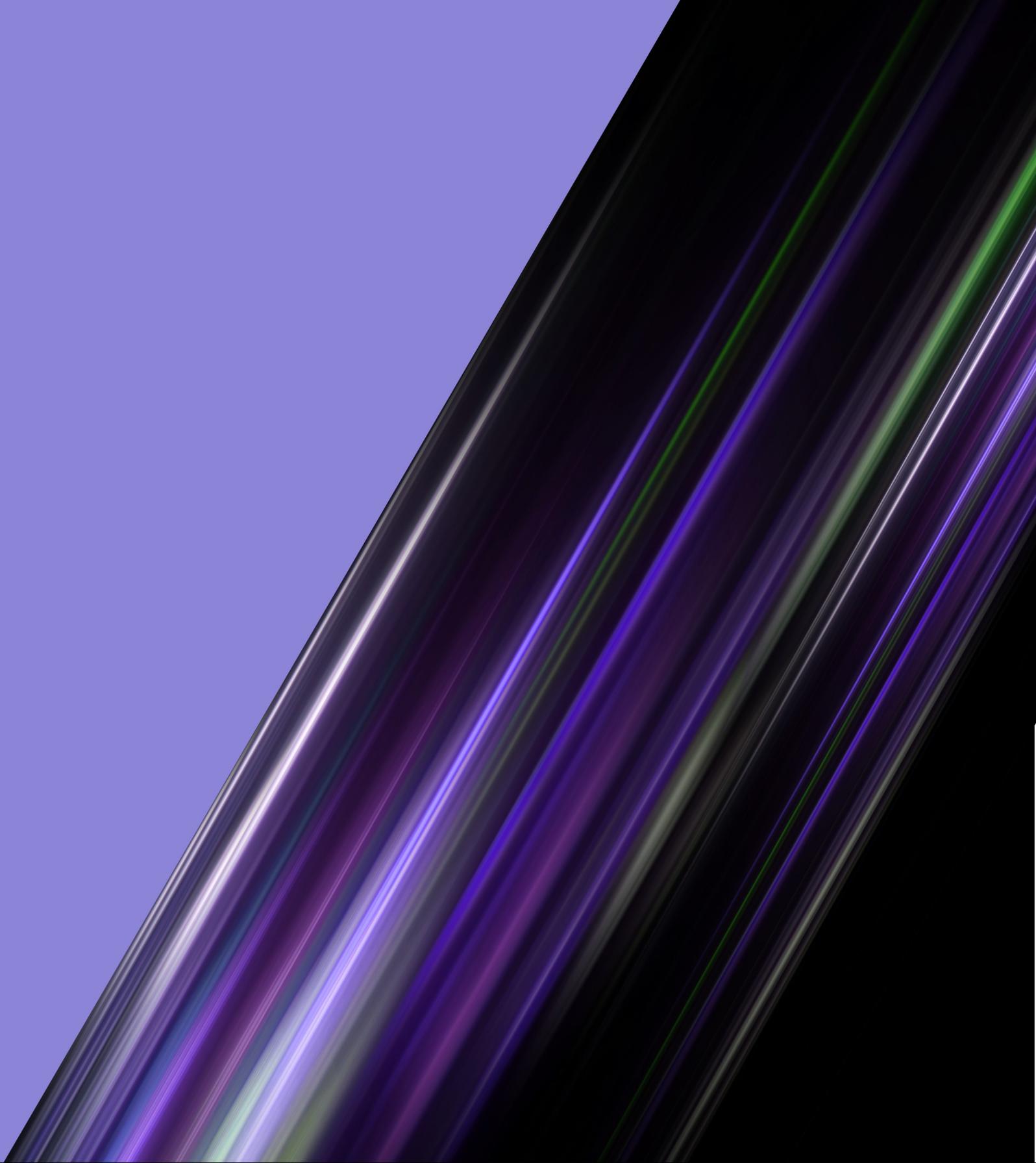
Em 4 de janeiro de 2022, o Grupo adquiriu uma participação minoritária de 45% do capital total da Estratégia & Timing Análises e Educação Financeira S.A. ("Estratégia & Timing"). A atividade principal da Companhia é a assessoria, consultoria, orientação e assessoria operacional educacional na área financeira para gestão de negócios e investimentos.

c) Etrnity

Em 19 de janeiro de 2022, o Grupo adquiriu uma participação de 20% do capital total da Etrnity Holding S.A. ("Etrnity"). a Companhia é uma holding utilizada como veículo exclusivo para participação, direta ou indireta, em empresas que atuam ou atuarão nos mercados financeiro e de capitais. A transação permite que a XP intensifique seus serviços no mercado financeiro.

d) AZ Quest

Em 19 de janeiro de 2022, o Grupo adquiriu uma participação de 5% do capital total da AZ Quest S.A. ("AZ Quest"). A Companhia é uma das maiores e mais tradicionais gestoras independentes de recursos do Brasil, possui uma diversificada plataforma de produtos que inclui estratégias de equity, macro, crédito e arbitragem. A aquisição faz parte da estratégia da XP de desenvolver o mais completo ecossistema de gestores e distribuidores do Brasil.



XP  inc.